



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
Direção de Ensino



Projeto Pedagógico de Curso

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO DE NÍVEL MÉDIO EM ITINERÁRIO INTEGRADO

Rio de Janeiro, Março, 2025



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Estrutura Organizacional

Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes da Unidade Maracanã (sede)

Diretor-Geral
Mauricio Saldanha Motta

Vice-Diretora-Geral
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretora de Ensino
Dayse Haime Pastore

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação
Ronney Arismel Mancedo Boloy

Diretora de Extensão
Renata da Silva Moura

Diretora de Administração e Planejamento
Bianca de Franca Tempone Felga de Moraes

Diretora de Gestão Estratégica
Célia Machado Guimarães e Souza



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Revisão Pedagógica

Diretoria de Ensino

Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Ensino

Allane de Souza Pedrotti

Ana Letícia Couto Araujo

Cristiane do Nascimento Gomes Borges

Danila Tavares Amato

João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves



Estrutura Organizacional – Unidade Maria da Graça

Diretor

Saulo Santiago Bohrer

Gerente Acadêmica

Rebeca Cardozo Coelho

Gerente Administrativa

Christiane Rocha Pereira



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

1. Histórico do Uned Maria da Graça.....	5
2. Da estrutura da UnED Maria da Graça.....	6
2.1. Das ações de acessibilidade.....	9
3. Apresentação da Proposta do Curso de Segurança do Trabalho.....	9
4. Objetivo Geral	16
5. Perfil do egresso	22
6. Requisitos e formas de acesso	22
7. Fundamentação legal.....	23
8. Da organização curricular	28
9. Das futuras mudanças na matriz curricular	30
10. Base Nacional Comum Curricular.....	31
11. Itinerário integrado e formação profissional	33
11.1. Disciplinas da formação profissional em técnico em segurança do trabalho: .	34
11.2. Disciplinas BNCC Itinerário Integrado:	34
12. Da concepção de avaliação escolar.....	36
12.1. Avaliação do rendimento escolar	36
12.2. Verificação do aproveitamento.....	37
12.3. Apuração da média final.....	39
12.4. Da aprovação e da retenção	39
12.5. Do Regime Domiciliar	40
12.6. Recuperação Paralela.....	41
12.7. Assiduidade	42
13. Dispensas, isenções e aproveitamentos de estudos.....	43
14. Regulamento da Prática Profissional Obrigatória	43
14.1. Supervisão das Práticas Profissionais.....	Erro! Indicador não definido. 44
14.2. Da possibilidade de equivalência de horas para a Prática Profissional	45
14.3. Bolsa, Seguro e vínculo do Estágio Supervisionado Obrigatório	45
14.3.1. Atribuições dos Envolvidos no Processo do Estágio Supervisionado.....	46
14.3.2. Desenvolvimento do Estágio Supervisionado	47
14.3.3. Desligamento do Estágio Supervisionado	48



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

14.7.	Dispensa do Estágio Supervisionado Obrigatório	48
15.	Corpo docente do Núcleo Profissional Tecnológico	48
16.	Ementas Das Disciplinas Do Núcleo Profissional Tecnológico	49
17.	Corpo Docente da BNCC	58
18.	Ementas das disciplinas da BNCC	59
19.	Certificados e diplomas	59
20.	Disposições gerais e transitórias	89
	Considerações finais	89
	Referências Bibliográficas	90
ANEXO 1 – Tabela das atividades de Prática Profissional adotadas pela Coordenação		





**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

1. Histórico da Uned Maria da Graça

A Unidade de Maria da Graça funciona no prédio da antiga fábrica de cadernos da FAE. Inicialmente denominada FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) através Lei nº 5.327/1967, passa a ser chamada Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) pela Lei 7091/1983, momento em que assume de forma ampliada como um dos seus principais objetivos *“a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação”*¹.

Com a extinção da Fundação em 1997 o CEFET/RJ assumiu o espaço da antiga unidade de produção de material escolar, que após revitalização e readequação da estrutura predial, transformou-se na UnEd Maria da Graça do CEFET/RJ. No ano de 2000, iniciou-se o curso técnico de automobilística, abrindo então importante canal com empresas parceiras (Fonte: Site oficial do CEFET/RJ). Em 2006, alinha-se com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que previa, dentre outras ações, a instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos.

Cidade com população estimada de 6.688.927 de habitantes², o Rio de Janeiro é composto por 162 bairros subdivididos em função de aspectos históricos, culturais e econômicos, em 5 Áreas de Planejamento (APs)- onde estão contidas 33 Regiões Administrativas. A Área de Planejamento 3 (AP3), onde se situa o bairro de Maria da Graça, é a região da Cidade com maior densidade demográfica. Trata-se - em quase toda extensão- das antigas Freguesias de Irajá e Inhaúma- donde derivaram a quase totalidade dos oitenta bairros da Área de Planejamento 3; ou seja, quase a metade dos bairros de toda Cidade. A Uned tornou-se ao longo de sua existência, em função de sua localização, de grande relevância social no processo de descentralização e

¹ Artigo 3º da Lei 7091/1983.

² Dados extraídos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos, produzidos com base em informações retiradas do IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – 2º trimestre 2018.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

democratização do acesso à Rede Federal de Educação Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro³.

Além do serviço de linhas de ônibus, uma estação da linha 2 do metrô (que dá acesso os bairros do Subúrbio Carioca) e a linha do trem (com ramal de ligação com municípios da Baixada Fluminense) encontram-se nas proximidades da Unidade de Maria da Graça. Atualmente, em quase sua totalidade, os estudantes são oriundos do subúrbio carioca (AP3), da Zona Oeste da Cidade ou de municípios vizinhos da Baixada Fluminense. Oferece os cursos de Ensino Médio Integrado em Automação Industrial, Segurança do Trabalho e Manutenção Automotiva (criados em 2014). Na modalidade Subsequente são ofertados os Cursos de Energias Renováveis e Segurança do Trabalho (a partir de 2018/2). Em nível de Graduação é oferecido o Curso de bacharel em Sistemas da Informação (iniciado em 2018/2).

Da estrutura da UnED Maria da Graça

A área da UnED é compartilhada, por cessão de espaço por parte do CEFET/RJ, com a Escola Estadual Professor Horácio de Macedo⁴; vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. As duas instituições utilizam de forma compartilhada a biblioteca, a quadra poliesportiva, o refeitório, a sala dos grêmios estudantis e os demais espaços do pátio externo. Para uso exclusivo dos alunos do CEFET são destinadas 12 salas de aula, 13 laboratórios, Sala de Arte, Sala de Desenho, Salas de Estudos, Oficina Automotiva e Oficina de Repintura.

³ Dados extraídos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos

in: <https://carioca.rio/orgao/instituto-municipal-de-urbanismo-pereira-passos-ipp/>

⁴ Na vigência da Reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional imposta pelo Decreto nº 2.208/97 e pela Portaria MEC nº 646/97, a criação do Colégio Estadual Professor Horácio Macedo, mediante o estabelecimento de convênio com a SEE-RJ, representou importante decisão político-pedagógica assentada na valorização da educação geral para a formação técnica desenvolvida historicamente no CEFET/RJ. A implantação de uma unidade de ensino médio e educação profissional oferecidos na ação conjunta da Secretaria Estadual de Educação e do CEFET viriam a atender o objetivo de ampliação de vagas na modalidade articulada de Ensino Básico e Ensino Técnico.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

O aluno do Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça terá à sua disposição uma ampla gama de recursos complementares dos temas lecionados os quais propiciarão excelentes oportunidades de aprimoramento de sua formação, aprofundamento de seus conhecimentos técnicos e humanísticos, além do provimento de excelente ambiente acadêmico para pesquisa e extensão.

Contando com mais de 300 títulos de obras voltadas para temas como saúde do trabalhador, meio ambiente e segurança do trabalho, além de outras áreas do conhecimento complementar ao núcleo de segurança do trabalho, a Biblioteca da Uned Maria da Graça ocupa, atualmente, lugar de destaque no que diz respeito a acervo técnico e vem sendo reconhecida pelos usuários como referência nestas áreas do conhecimento.

O ambiente desta Biblioteca atende ao necessário para que o aluno sinta-se adequadamente atendido, tanto no que diz respeito ao pessoal técnico administrativo responsável pelo seu funcionamento quanto, como mencionado acima, pela qualidade das obras técnicas lá existentes.

A Uned Maria da Graça disponibiliza para as aulas práticas de seus alunos do Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho, diversos ambientes laboratoriais, nos quais o Discente, orientado permanentemente por Professores Especialistas e Segurança, Saúde e Meio Ambiente, desenvolve trabalhos de aprofundamento de conhecimento técnico ministrado nas aulas teóricas.

Estes laboratórios são:

- **Laboratório de Primeiros Socorros.**

Neste ambiente, uma sala climatizada, com aproximadamente 40 m², o aluno toma contato com equipamentos e itens próprios para a ilustração e facilitadores da sedimentação de conhecimentos transmitidos durante as aulas teóricas, cujo conteúdo seja, entre outros, o conhecimento do funcionamento do organismo humano e suas reações às agressões dos contaminantes químicos da atmosfera dos ambientes laborais, e outros agentes de risco à saúde ou à integridade física dos trabalhadores a eles expostos.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

O aluno, neste laboratório terá a oportunidade de trabalhar com modelos reprodutores de situações nas quais é necessário promover a recuperação cardiopulmonar de um trabalhador acidentado; poderá, ainda, exercitar a prática de auferir pressão, por exemplo, por choque elétrico, técnicas de imobilização, transporte de acidentados, entre outras atividades.

- **Laboratório de Ergonomia, em implementação.**
- **Laboratório de Treinamento de Campo em Segurança do Trabalho, em implementação.**
- **Laboratório de Higiene Ocupacional, em implementação.**

O Aluno do Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça poderá contar com uma variada gama de aparelhos de medição e outros artefatos que promoverão a sedimentação dos conhecimentos teóricos ministrados em sala de aula.

O Aluno do Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça será atendido, em suas aulas e demais atividades, em salas perfeitamente aparelhadas para tal, nas quais terá, para seu conforto, perfeita iluminação, ventilação e condicionamento de temperatura ambiente, de forma a poder sentir-se confortavelmente instalado.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

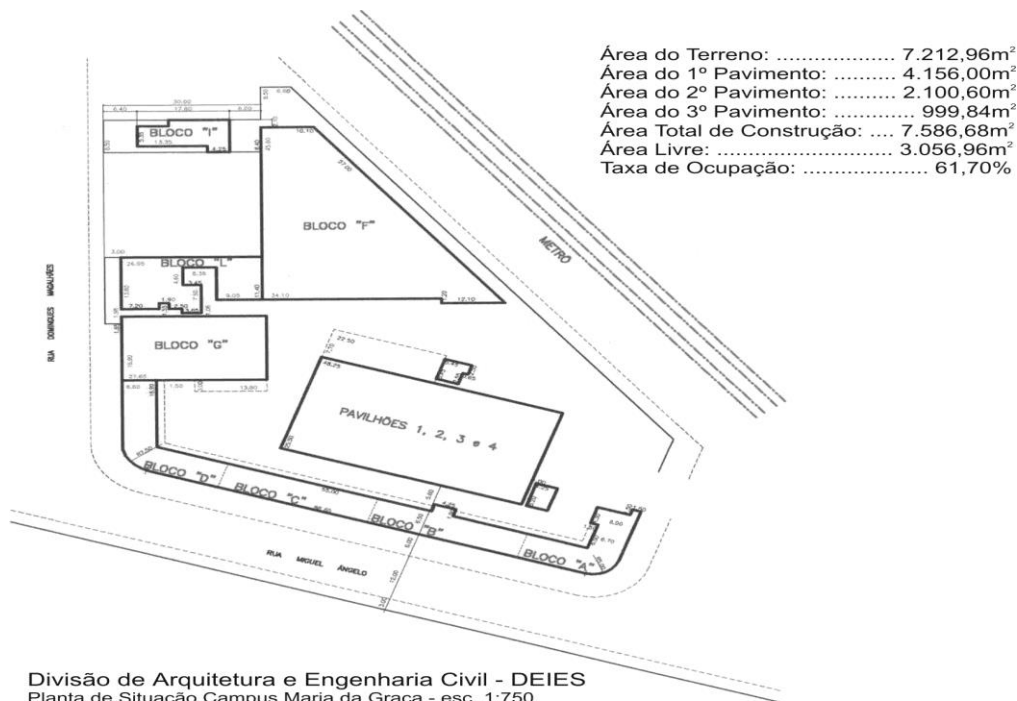


Figura 1. Planta de situação da Uned Maria da Graça/CEFET-RJ

2.1. Das ações de acessibilidade

A formalização do Napne como um núcleo responsável pela preparação da instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, permite que, além do acompanhamento dos estudantes e servidores com necessidades especiais, tenhamos condições de elaborar ações capazes de reduzir as dificuldades dos portadores de necessidades especiais.

Além disso, a instituição vem investindo na adequação do espaço da Unidade para que fique cada vez mais acessível. Foram construídas rampas de acesso e, ao longo do ano de 2022, temos a construção de um elevador de acesso ao Bloco F.

3. Apresentação da Proposta do Curso de Segurança do Trabalho

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Curso Técnico em **Segurança do Trabalho**, vespertino, na forma Integrada e presencial, com duração de 3 anos.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Este projeto, em conformidade com as Leis e Resoluções que orientam a educação brasileira atualmente, propõe-se a apresentar em uma única compilação os planos de cursos entregues pelos respectivos Coordenadores de Curso – e que estão disponíveis para apreciação – a esta Gerência Acadêmica, resultando na apresentação abaixo:

A trajetória de implantação do ensino médio integrado na Uned Maria da Graça, sob a direção do professor Sergio de Mello Teixeira e gerenciamento acadêmico do professor Adriano Gatto Lemos de Souza, contou com a dedicação dos coordenadores de curso: os professores Cristiano Fuschilo, Antonino Pereira da Silva, Francisco Moysés de Carvalho Neto e os seus respectivos colegiados, além do Sessão de Articulação Pedagógica, coordenado pela pedagoga Camila Avelino Cardoso.

Compreende-se que a evasão escolar dos/as alunos/as no Ensino Médio e na Educação Profissional seja um relevante desafio que se coloca às instituições de ensino. Vivencia-se cotidianamente esta questão em nossa Uned.

Neste contexto, são perceptíveis os esforços empreendidos por jovens e famílias que estudam em regime de concomitância externa. Além das despesas relativas ao transporte, à alimentação, à compra de uniformes e materiais, vemos ainda um grande quantitativo de alunos/as que estudam com uma intensa carga horária, em virtude da realização do ensino médio e técnico em instituições distintas, que, por sua vez, estão localizadas distantes de suas residências. Esses fatores têm interferido na permanência desses/as alunos/as em nossos cursos técnicos.

Associado a este cenário, observamos a dissociação dos conhecimentos trabalhados em ambas as formações – Médio e Técnico –, o que expressa a desarticulação curricular existente que pode levar ao desinteresse e à falta de identificação dos/as jovens com a escola.

O corpo de servidores docentes e técnico-administrativos da Uned Maria da Graça, através das discussões realizadas na Comissão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), compreendeu que o projeto de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado pode oferecer possibilidades positivas ao combate da marcante evasão escolar e garantir a permanência dos (as) alunos (as) na instituição. Observou ainda uma



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

oportunidade para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico articulado entre as Áreas do Conhecimento, com resultados mais positivos ao processo ensino-aprendizagem dos(as) alunos(as), e para a realização de práticas pedagógicas diversificadas.

Nesse contexto, em consonância com a atual conjuntura das políticas públicas voltadas à educação nacional, através da Comissão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Uned, foi proposta à Direção Geral do CEFET/RJ, a incorporação do corpo docente do Ensino Médio para que fosse possível implementar este projeto de ensino.

Assim, tem-se presentes, como marcos norteadores deste projeto, as orientações explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual ressalta a função social desta instituição, apontando a compreensão da educação como prática social.

Em consonância com esta função social do CEFET/RJ, os cursos comprometem-se a promover formação integral por meio de uma proposta de educação profissional técnica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº9394/96, as unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as seguintes finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos.

Nesse sentido, o Projeto de Ensino Integrado da Uned Maria da Graça vincula-se ao mundo do trabalho e à prática social, inserido em uma perspectiva integradora, oferecendo, de forma articulada, uma educação atrelada aos princípios orientadores previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais⁵:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

⁵ Resolução CNE/CEB Nº 2/2024.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos sócio produtivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Compreende-se, ainda, que o presente documento constitui em uma versão aberta e ampliada dos projetos integrados implementados face a incorporação do corpo docente do Ensino Médio em 2015 e reformulados ao longos anos subsequentes.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Assim, com a integração dos novos docentes a este projeto, somado às experiências obtidas tem-se a compreensão de que novos dados agregam-se e realimentam o processo do ensino integrado em nossa Uned.

Através dessas novas interações, conforme prevê a missão do CEFET/RJ⁶, buscaremos

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

O Curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho na modalidade presencial atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orienta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle. A matriz curricular do curso (2019) está organizada por disciplinas em regime seriado anual, e com uma carga-horária total de 3.970 horas, sendo 2.312 horas destinadas ao Núcleo Estruturante, 1.258 horas destinadas ao Núcleo Tecnológico e 400 horas ao Estágio Supervisionado Obrigatório.

O CEFET-RJ, em sua sede, no Bairro Maracanã, no Rio de Janeiro, vem desde os anos 80 emprestando sua força docente à preparação, para o mercado de trabalho, de profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, dedicado à prevenção de danos à saúde e à integridade física de trabalhadores em exercício de suas atividades laborais.

Àquela época, com o respaldo da FUNDACENTRO, o curso funcionava a expensas de cada interessado, passando a fazer parte do rol de cursos efetivos da instituição CEFET-RJ somente no início da década de 90.

⁶ Disponível online em: <http://cefetrjcei.wordpress.com/>



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Desde então, este Curso vem passando por atualizações e ajustes necessários ao seu alinhamento, tanto aos diversos momentos do desenvolvimento tecnológico da nação, quanto às políticas de preparação, cada vez mais aprimorada, de jovens tornando-os aptos ao ingresso no mercado de trabalho, cuja característica maior é a busca de profissionais tecnicamente capazes de colaborar com a competitividade das empresas num mundo, hoje, globalizado. Com isto, a partir de 2019, observou-se ser premente a reavaliação do prazo mínimo para conclusão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na UnED Maria da Graça, optando-se por adotar, para tal, 3 anos letivos sem qualquer prejuízo de conteúdo programático necessário, nos tempos atuais, à formação de nível médio geral bem com técnica.

Nesta trajetória, atendendo, ainda, aos projetos governamentais de crescimento na formação de mão de obra adequada ao processo desenvolvimentista nacional, o CEFET-RJ, ao longo da primeira década deste século, expandiu suas atividades através da instalação de Unidades Descentralizadas de Ensino - UnEDs, dentre elas a de Maria da Graça, no Município do Rio de Janeiro.

Nesta UnED, instalada em prédios de antiga indústria fabricante de material escolar onde, juntando-se ao então curso técnico em Automobilística já ali instalado, e, em seguida, presenciando a instalação do curso técnico em Automação Industrial, foi criado o curso técnico em Segurança do Trabalho, em 2006, independente do Curso mencionado no segundo parágrafo deste tópico, acima, já existente na Unidade Maracanã.

No momento atual deste Curso, a UnED, fiel ao cumprimento das determinações das políticas públicas de ensino do Governo Federal segue praticando a “integração” entre o ensino de nível médio e o ensino técnico/tecnológico.

Do exposto pode-se depreender a importância social que assume uma formação de qualidade, consistente e que contemple o técnico formado com uma efetiva empregabilidade, imediata à conclusão de seu curso, num nicho de mercado onde sua profissão está regulamentada oficialmente e cuja importância vem sendo sistematicamente reiterada pela sociedade e pelas autoridades de nosso País. O grupo de trabalho construtor da parcela correspondente deste documento, preocupado, não



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

comunga com a possibilidade de resultados concretos pífios ao final da trajetória do aluno do médio-técnico em Segurança do Trabalho como tal.

Este Plano, em consonância com a política educacional do Governo Federal e aspirações do CEFET-RJ, se destina ao norteamento da instauração, na UnED Maria da Graça, do Curso Médio Técnico em Segurança do Trabalho Integrados, a partir do ano letivo de 2019, com fundamento nos diversos diplomas legais que regulam o assunto.

Este documento foi idealizado em perfeita sintonia com a linha adotada pelo CEFET/RJ conforme está registrado no documento intitulado “Referenciais Pedagógicos para a implementação do Ensino Médio Integrado / CEFET-RJ / Unidade do Maracanã”, uma vez que do texto do mesmo consta:

*“Na formação para o exercício de profissões técnicas - que resulta da integração formal entre ensino médio e educação profissional - as especificidades regulamentadoras desse formato deverão ser consideradas. A atual legislação educacional dispõe de orientações específicas para o ensino médio integrado e atribui uma grande **autonomia para as unidades educacionais na elaboração e desenvolvimento do seu projeto pedagógico.**”*
(grifo da Coordenação de Segurança do Trabalho)

Na formação para o exercício de profissões técnicas - que resulta da integração formal entre ensino médio e educação profissional - as especificidades regulamentadoras desse formato deverão ser consideradas. A atual legislação educacional dispõe de orientações específicas para o ensino médio integrado e atribui uma grande autonomia para as unidades educacionais na elaboração e desenvolvimento do seu projeto pedagógico.

4. Objetivo Geral

A Revolução Industrial deu origem a situações novas, em relação aos ambientes laborais, tanto no que diz respeito à produtividade e organização dos processos de trabalho, quanto aos problemas advindos do surgimento, concomitante, de novos riscos decorrentes aumento dos perigos aos quais os trabalhadores passaram a ser expostos ao longo de seu exercício profissional, com consequente incremento dos números demonstrativos dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Em 1884, na Alemanha, foram promulgadas as primeiras Leis sobre Acidente de Trabalho. No entanto, até o início do Século XX, inexistia uma real preocupação com segurança do trabalhador, dos processos produtivos e com a manutenção do estado de saúde dos trabalhadores e otimização constante das condições de trabalho. Este fato pode ser observado a partir de críticas, então contemporâneas, como a obra cinematográfica de Charles Chaplin intitulada “Tempos Modernos”, que procurou retratar, embora de forma caricata, as situações a que se submetiam os trabalhadores norte-americanos daqueles tempos.

Somente a partir da década de 70, do século passado, iniciou-se o processo de difusão em escala global das noções mínimas de segurança e saúde nos ambientes laborais de modo a promover-se a proteção ao trabalho. Esta globalização de compartilhamento das boas práticas de segurança e saúde no trabalho teve início através da divulgação de documentos conhecidos como Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT - das quais merecem menção, neste projeto:

- Convenção 148 – Proteção dos trabalhadores contra riscos devidos à contaminação do ar, ao ruído e as vibrações no local de trabalho, ratificada, no Brasil, através do Decreto 93.413/86;
- Convenção 155 – Segurança e saúde dos trabalhadores ratificada através do Decreto 1.254/94;
- Convenção 161 – Sistemas de saúde do trabalho, ratificada através do Decreto 127/91.

A criação da Organização Mundial da Saúde – OMS - veio a introduzir novos conceitos e objetivos que, em adição à atividade da OIT, estimularam, com resultados positivos, a melhoria dos projetos de máquinas e equipamentos além da otimização dos processos de produção.

A definição transcrita, abaixo, ilustra com propriedade este fato:

“A Saúde Ocupacional tem com finalidade incentivar e manter o mais elevado nível de bem estar físico, mental e social dos trabalhadores em todas as profissões; prevenir todo o prejuízo causado à saúde destes pelas condições de seu trabalho, protegê-los em seu serviço contra os riscos resultantes da presença de agentes nocivos à sua saúde; colocar e manter o



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

trabalhador em um emprego que convenha às suas aptidões fisiológicas e psicológicas e, em resume, adaptar o trabalho ao homem e cada homem ao seu trabalho”.

Atualmente, com base nas mudanças de conceitos promovidas pela OIT e pela OMS, observa-se um grande avanço no que diz respeito às regulamentações de segurança do trabalho, saúde do trabalhador e melhoria do ambiente laboral em todo o mundo e, em especial no Brasil, onde até acordos coletivos de trabalho contemplam cláusulas atinentes ao assunto.

Os dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que vão a óbito a cada ano, em todo o mundo, cerca 2 milhões de trabalhadores acidentados e, no território nacional, segundo dados da Previdência Social, acontece um acidente do trabalho a cada três horas, totalizando, diariamente cerca de 7 acidentes. Disto resulta, no Brasil, aproximadamente 2.700 mortes e cerca de 491.000 acidentes de trabalho por ano.

A esta perda pode-se somar o prejuízo anual de cerca de R\$ 20 bilhões em indenizações e tratamentos médicos, quantia que, se convertida para tal, permitiriam a construção de um milhão de casas populares ou 70 mil escolas.

Esta realidade demonstra ser de fundamental importância que o CEFET-RJ, através da sua Uned de Maria da Graça, dê a sua contribuição à sociedade local e, porque não dizer, de todo o país, ajustando, a partir de 2019, o Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho.

A implementação do processo integrado entre ensino médio e ensino técnico pode ser interpretada a partir de pelo menos duas vertentes:

A primeira visão, de relevante importância, vem a ser a expectativa de que o atendimento às diretrizes que norteiam o pensamento do atual governo brasileiro em relação à formação de trabalhadores com o melhor aproveitamento possível das possibilidades de práticas de ensino médio, aliadas ao aprendizado técnico, trará resultados satisfatórios para a sociedade. Este resultado, que deverá ser alcançado, senão em longo prazo, pelo menos quando da formatura dos primeiros profissionais, ou seja, em médio prazo.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Num segundo momento, nem por isso de menor importância, pode-se ousar afirmar que a perspectiva de futuro para profissionais de Segurança do Trabalho formados é de elevado nível de empregabilidade. Esta expectativa se origina na observação da evolução da demanda, crescente, por profissionais desta área de conhecimento. Situação, esta, originada na crescente conscientização da sociedade, como um todo, e dos executivos das empresas, em decorrência natural, em relação à necessária redução das ocorrências de acidentes e doenças do trabalho e profissionais nas corporações instaladas no território nacional.

Outro fator estimulante da procura por profissionais de segurança do trabalho, nos mais diversos segmentos de atividades e, principalmente, nas indústrias da construção civil, metal-metalúrgica e química, é a legislação brasileira que coloca as empresas em situação de não poderem se furtar a assumir responsabilidades em relação ao trinômio Segurança/Meio Ambiente/Saúde.

Assim, a elaboração deste trabalho fundamenta-se na convicção de que a integração entre ensino médio e formação técnica em Segurança do Trabalho, tanto somará à qualidade de formação do Técnico oriundo do curso da Uned Maria da Graça, quanto disponibilizará, para o mercado nacional, um elemento profissional que terá plena capacidade para desenvolver uma carreira que propiciará situações, entre tantas outras, como:

- Redução dos acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais/do trabalho.
- Conscientização de todos os atores que compõem os ambientes laborais em relação às melhores práticas preventivas de acidentes do trabalho.
- Redução das despesas públicas com concessão de benefícios sociais advindos de acidentes do trabalho.
- Aumento da produtividade, com redução de perdas por parte das empresas, resultando na solidificação da existência das mesmas no cenário nacional, com consequente manutenção e ampliação dos postos de trabalho.

Define-se então que o Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça tem como objetivo geral a capacitação do



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

profissional para sua participação efetiva na implementação, gerenciamento e controle de sistemas de segurança laboral, com o objetivo de atendimento aos interesses da força de trabalho, dos mais variados processos produtivos nas mais diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou em qualquer outra região do território nacional. Os objetivos específicos da implantação da integração do ensino médio com o ensino técnico da modalidade segurança do trabalho, em 3 anos, são apresentados abaixo:

- Desenvolver habilidades para que o aluno venha a se tornar profissional habilitado e qualificado para atuar em equipe e de forma interativa em prol dos objetivos comuns e compreender a complementaridade das ações coletivas;
- Desenvolver, no aluno, uma visão do todo, bem como sua capacidade de compreender e vivenciar os conceitos de espírito de corpo, de cooperação, comprometimento e responsabilidade;
- Capacitar o aluno a ser elemento agregador de conhecimento nas atividades de emissão de documentos atinentes à segurança e saúde do trabalho, assim com de perícias, vistorias, inspeções de segurança, análises de risco, outros;
- Preparar futuros Técnicos em Segurança do Trabalho para colaboração e participação em pesquisas e implementação de novas técnicas em saúde e segurança do trabalho;
- Prover os alunos de ferramentas necessárias à promoção da qualidade de vida dos trabalhadores e da preservação do meio ambiente;
- Dotar os alunos de qualificação necessária para a promoção da conscientização dos trabalhadores em geral em relação à sua corresponsabilidade nos processos de aquisição de hábitos de práticas prevencionistas;
- Disseminar conhecimentos técnicos que possibilitem aos alunos a promoção da saúde, a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, bem como acidentes industriais que possam vir a impactar ecossistemas;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

- Formar o aluno que seja capaz de expressar-se de modo crítico e criativo em face dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- Suscitar o desejo, no aluno, de permanente busca de aperfeiçoamento profissional continuado, integrando os conhecimentos adquiridos de forma crítica e criativa;
- Atender à demanda de mercado e das empresas, oferecendo profissionais plenamente qualificados, atualizados e competentes;
- Possibilitar ao aluno inserir-se no mercado de forma rápida e dotar o mesmo da capacidade de, sendo necessário, de acordo com a realidade social em que viva, colaborar no provimento de sua célula familiar;
- Oferecer, ao aluno, embasamento teórico e prático referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao melhor desempenho das atividades a serem executadas no ambiente de trabalho;
- Formar profissionais com visão global, crítica e humanística para a inserção em setores profissionais, aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado e interdependente, e que participem no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Formar profissionais capacitados e habilitados para o exercício profissional em conformidade com o diploma legal que regulamenta esta profissão;

Atender ao que preceituam os art. 36-C, da Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” da Lei 11.741 de 16/07/2008⁷, que determina, em seu art. 36-C, que:” A Educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

⁷ Disponível online
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Atos2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

5. Perfil do egresso

O egresso do Curso Médio Técnico Integrado de Segurança do Trabalho da Uned Maria da Graça será um profissional Técnico em Segurança do Trabalho apto a realizar planejamento, participar de implantação, auxiliar no gerenciamento e controle dos sistemas de segurança laboral compondo equipes multidisciplinares em instituições, privadas ou públicas, como membro do sistema de saúde, segurança do trabalho e preservação ambiental.

Este profissional estará capacitado para o desempenho de atividades como inspeções de segurança, levantamentos de dados em perícias técnicas, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade e segurança dos diversos processos e as condições de trabalho inerentes aos mesmos.

O Técnico em Segurança do Trabalho egresso do Curso da Uned Maria da Graça deverá estar preparado para participar efetivamente de pesquisas e aplicação de seus resultados como elemento componente da evolução tecnológica que vise aprimorar a qualidade da vida da força de trabalho e do meio ambiente, tanto laboral quanto do ambiente extra muros, da circunvizinhança do processo.

O profissional de segurança do trabalho formado no Curso Médio Técnico Integrado da Uned Maria da Graça estará em permanente busca de auto aprimoramento técnico de forma a ser sempre um prevencionista bem informado e preocupado e atuante nas questões relativas à promoção da saúde, minimização dos resultados de acidentes, redução das doenças do trabalho e das doenças ocupacionais e, ainda, com acidentes industriais e seu impacto no meio ambiente.

6. Requisitos e formas de acesso

O acesso aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no UnED Maria da Graça será através da participação dos estudantes interessados no processo seletivo, anualmente publicado em edital público, que estará aberto a qualquer pessoa



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

que apresente como escolaridade mínima o Ensino Fundamental completo ou estejam cursando o 9º ano.

O processo seletivo de classificação de candidatos aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio se dará preferencialmente mediante a realização de provas abrangendo as áreas de conhecimento da base nacional comum dos currículos do Ensino Fundamental⁸.

As vagas reservadas pela Lei nº 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso em instituições federais de ensino, deverão ser preenchidas por candidatos(as) que cursaram integralmente o Ensino Fundamental (do 1º ao 9º ano) em escolas da rede pública de ensino, sendo que, para efeito do preenchimento das vagas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas aos estudantes de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). As vagas ofertadas por cada processo de seleção pública serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à soma de pretos, pardos e indígenas na população do Estado do Rio de Janeiro, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7. Fundamentação legal

Nas últimas décadas, questões relacionadas a organização do currículo na Educação básica vêm ganhando relevância na área de estudos da Educação, impactando as legislações relacionadas à implementação de ações de Políticas Públicas educacionais. Seja como campo de estudo na área da Educação, seja como dimensão inerente à prática e à reflexão docente no Ensino Básico, o termo currículo, conforme Leite (2001), se presta a diferentes leituras e interpretações; que transitam de visões mais tradicionais a tendências mais críticas em relação à temática.

Não sendo aqui o lugar mais apropriado para aprofundar as discussões sobre as teorias do currículo no campo da Educação, vale, entretanto, deixar registrado que a ideia de currículo, em que se pauta este Plano de Curso, propõe a superação da perspectiva tradicional do professor(a) como “transmissor de um currículo oficial”

⁸ Processo seletivo de ingresso do sistema CEFET/RJ de acordo com os editais.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

(Leite, 2001), e ressignifica e reforça o papel docente como sendo este o de professor implementador, configurador e orientador ativo em sua prática docente.

No limite, entendemos o currículo como uma construção desenvolvida com base em ações projetadas, em que o professor(a) passa a ser compreendido como fundamentalmente ativo na organização das aulas, dos Componentes Curriculares e dos Planos de Curso; o que exige destes não só reflexões e ações abalizadas nos conhecimentos da Área de Conhecimento de formação, ou na busca de Interações com outras Áreas de conhecimento, mas também baseadas nas possíveis articulações de tais conhecimentos com os saberes, práticas, conhecimentos prévios e temas de interesses discentes. E na medida em que conhecimentos prévios, saberes e temas de interesses discentes são forjados socialmente, entendemos que o currículo é dinâmico, e distante de ser “um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento”, conforme Moreira⁹ (2001), não pode desconsiderar o contexto social (em seus aspectos políticos, econômicos e culturais) onde se dá a relação ensino/aprendizagem.

Com base nessas interações entre áreas de Conhecimentos, de busca por articulações com o contexto social de atuação da UnED que foram pensados os itinerários formativos integrados, que se caracterizam como arranjos curriculares de relevância para o contexto local e adequados as possibilidades de execução em função da estrutura física e de pessoal UnED Maria da Graça do CEFET/RJ; sempre em consonância com a missão institucional do CEFET/RJ.

Os itinerários formativos podem ser configurados a partir de cinco possibilidades, com base nas competências e habilidades em cada uma das quatro áreas da Base Nacional Comum Curricular (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas/Sociais e suas Tecnologias); ou com ênfase na formação técnica e profissional. Conforme esquema abaixo.

⁹ Os autores utilizam estes termos para se referirem, de forma crítica, às tendências mais tradicionais de Currículo.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)

UNIDADE MARIA DA GRAÇA



Figura 2. Competências Gerais da Educação Básica

(Fonte: BRASIL, MEC- Base Nacional Comum Curricular)

No âmbito do CEFET/RJ, de acordo com a resolução do Conen N° 03, de 25 de julho de 2022, em seu artigo 4º, entende-se por itinerário formativo integrado...

[...] a forma de organização curricular exclusiva e obrigatória para a oferta de cursos de EPTNM na modalidade integrada, destacando-se a natureza da instituição quanto à oferta de cursos de formação técnica de nível médio. (CEFET-RJ- Resolução Conen N° 3/2022, Art.4).

Ainda de acordo com a resolução N°3/2022 do CONEN, é de entendimento da Instituição que o trabalho até aqui realizado caminha em concordância com as legislações, normativas e diretrizes vigentes que são alinhavadas por indicativos da necessidade de se pensar em um currículo comum há quase trinta e cinco anos, com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, e chegam hoje a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Há a compreensão, aqui, de que apesar das modificações de formatos curriculares exigidas pela implementação do Novo Ensino Médio, existem permanências que, já praticadas no UnED Maria da Graça, serão mantidas na reformulação do currículo do Curso. Cabe brevemente recuperar alguns pontos nas Lei e diretrizes, a fim de explicitar alguns desses princípios fundamentais também presentes na BNCC. Vejamos:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988, Art. 210).

Já em 1988, em relação à temática do currículo escolar, em seu artigo 210, a Constituição Brasileira fala em conteúdos mínimos, formação básica comum e do respeito e reconhecimento da diversidade cultural e regional do Brasil. E embora, nesse primeiro momento, no que tange a temática do currículo, verse inicialmente a constituição somente sobre o Ensino Fundamental, parte inicial do Ensino Básico, já ali estava sinalizado a posterior e paulatina ampliação dos princípios e da ‘relativa formatação’ curriculares, o que ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996); em seu artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela¹⁰(Brasil, Lei 9.394/1996, artigo 26).

Em 1997, para o Ensino Fundamental, e em 2000, para o Ensino Médio, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), um conjunto de documentos orientadores; que no caso do Ensino Médio, integravam um projeto de reforma dessa etapa da Educação Básica; a ser implementada nos anos subsequentes. A esses documentos foram acrescentados outros Pareceres e Diretrizes; conforme explicita a resolução do Conselho Nacional de 2012. Vejamos:

[...] ocorreu a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/2004. Imediatamente, a CEB atualizou as referidas Diretrizes Curriculares Nacionais pela Resolução CNE/CEB nº 3/2005, com base no Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Posteriormente, os dispositivos regulamentares do Decreto nº 5.154/2004 foram retrabalhados no âmbito do Ministério da Educação e encaminhados à apreciação do Congresso Nacional como Projeto de Lei, o qual resultou na Lei nº 11.741/2008, que promoveu importantes alterações na atual LDB, especialmente em relação à Educação Profissional e Tecnológica (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6/2012, P.16).

¹⁰ O termo clientela foi aqui mantido, obrigatoriamente, pela necessidade de manutenção do texto original. O que entende como clientela a legislação, chamamos, em nossas atividades, de público.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

A partir da segunda década dos anos 2000, o país começou a intensificar de forma mais consistente o debate acerca da necessidade de se desenvolver ações que pudessem chegar efetivamente às unidades de Educação de Ensino Básico.

Os decretos, pareceres, resoluções e a legislação acima citados, ao longo do tempo, contribuíram para que se concretizassem nas escolas as Diretrizes Curriculares, objetivando minimizar o distanciamento existente entre tais diretrizes e as atividades docentes em sala de aula- o que resultou em uma política nacional voltada para a formulação de uma Base Nacional Comum (BNCC).

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL/MEC-2018, Base Nacional Comum Curricular, P. 16).

O novo texto legal da BNCC para o Ensino Médio, aprovado em 2018, apesar das permanências legais- que falam desde 1988 em base comum, e respeito à diversidade - trazem inovações que nos impõe uma revisão mais atenta de nosso plano de curso. Cabe ressaltar que ainda foram atualizadas as bases da organização curricular pelo Conselho Nacional de Educação tendo por objetivo os limites e marcos da organização curricular (Resolução CNE/CEB Nº 2/2024.) Nesse documento buscamos sintetizar essas modificações da seguinte forma:

(1) a Base Nacional Comum Curricular, que traz a necessidade de revisão da carga horária e da readequação dos Componentes Curriculares;

(2) a implementação da escolha por itinerários formativos; parte diversificada do currículo que será integrada ao longo da formação dos estudantes. Dentro do leque de possibilidades, os itinerários formativos foram pensados com foco no itinerário integrado, em cujos a formação profissionalizante está articulada aos conteúdos da BNCC ; pela natureza do CEFET/RJ e do Curso ofertado.

(3) intensificação da articulação dos componentes curriculares do núcleo curricular técnico profissionalizante com as disciplinas da BNCC e com os itinerários formativos;

(4) a adequação do desenho curricular para o Ensino Médio Profissionalizante, como resultado, em parte, das três ações estruturantes anteriores e da Resolução do



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Conselho de Ensino N° 3/2022 que orienta, no âmbito do CEFET/RJ, adaptações dos cursos de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM) na modalidade integrada, considerando legislações, resoluções, portarias e atos normativos.

8. Da organização curricular

Conforme orienta a Resolução 3/2022 do CONEN, a organização do currículo dos cursos EPTNM será composta pelos componentes curriculares da BNCC e do Itinerário Formativo Integrado.

Art. 4º. Por itinerário formativo integrado compreende-se, no âmbito do Cefet/RJ, a forma de organização curricular exclusiva e obrigatória para a oferta de cursos de EPTNM na modalidade integrada, destacando-se a natureza da instituição quanto à oferta de cursos de formação técnica de nível médio (CEFET-RJ- Resolução Conen N° 3/2022, Art.4).

Assim sendo, o Curso de Automação Industrial terá a organização caracterizada pela existência de dois eixos curriculares: a Base Nacional Comum Curricular e o Itinerário Integrado, onde se situa a formação profissional como sugere a Resolução 03/2022 do CONEN.

Conforme o que dispõe o §3º do Art. 4º da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, o itinerário formativo integrado, praticado no âmbito dos currículos dos cursos de EPTNM na modalidade integrada do Cefet/RJ, traduz-se na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos dispostos nos incisos de I a V daquele artigo (CEFET-RJ- Resolução Conen N° 3/2022).

Ademais, temos presentes como marcos orientadores deste presente projeto, as orientações explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual ressalta a função social desta instituição, apontando a compreensão da educação como prática social;

Em consonância com esta função social do CEFET/RJ, os cursos comprometem-se a promover formação integral por meio de uma proposta de educação profissional técnica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social, tal qual orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº9394/96, as unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as seguintes finalidades:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos.

Nesse sentido, todos os Projetos de Pedagógicos dos Cursos da UnED Maria da Graça deverão vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, inserido em uma perspectiva integradora, oferecendo, de forma articulada, uma educação atrelada aos princípios orientadores da legislação vigente na formação EPTNM e conforme prevê a missão do CEFET/RJ¹¹, buscaremos

*Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.
(PDI CEFET 2020-2024)*

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na UnED Maria da Graça ofertarão aos seus discentes a habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime seriado anual, e com uma carga-horária total de 3.570 horas, sendo 1777 horas/relógio destinadas à BNCC, 1.793 horas/relógio destinadas ao Itinerário Integrado, quando também ocorre a formação profissional. Serão acrescidas mais 300 horas ao Estágio Supervisionado Obrigatório.

¹¹ Disponível online em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/apresentacao>



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

9. Das futuras mudanças na matriz curricular

Toda mudança de Matriz curricular do curso deve ser realizada sob o fundamento de melhorar o curso e não pode comprometer seu padrão de qualidade ou as condições de inscrição.

Em ocasiões de alterações na Matriz curricular, o Colegiado do Curso deverá elaborar o quadro comparativo das matrizes curriculares, registrando a relação de equivalências entre a matriz curricular em extinção e a nova matriz, apresentando os componentes curriculares, período e carga horária.

A alteração deve ser aprovada pelo Conselho do Campus (Conpus) e deve ser dada ampla publicidade à comunidade acadêmica sobre as mudanças aprovadas, a fim de que os(as) discentes e docentes possam se adaptar às mesmas.

Após a aprovação da alteração, o quadro de equivalência deverá ser encaminhado à Gerac para o cadastro das equivalências no SIE.

As novas matrizes curriculares serão aplicadas para as turmas ingressantes nos cursos após a aprovação das alterações.

A migração de matriz curricular será compulsória para os discentes nas seguintes situações:

I. Reprovação na primeira série;

II. Reprovação na segunda ou terceira série, desde que a série da matriz curricular de origem do discente ou disciplina não esteja sendo ofertada;

III. Reabertura de matrícula (destrancamento da matrícula) do curso, desde que a série da matriz curricular de origem do discente não esteja sendo ofertada.

Não é permitido a migração curricular para os discentes que não estejam em uma das condições descritas acima.

Ao realizar migração de matriz curricular, o discente ou responsável legal no caso de menores de idade, deve assinar um Termo de Migração de Matriz Curricular, declarando conhecer as normas para a transição.

Os componentes curriculares que compõem a matriz em extinção serão equivalentes com os da nova matriz quando apresentarem conteúdos com valor



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

formativo igual ou superior a 75% do previsto na ementa e compatibilidade de no mínimo de 75% da carga horária do componente curricular.

Poderão ser utilizados dois componentes curriculares da matriz em extinção para fins de equivalência de um componente curricular na nova matriz, desde que não tenham sido objetos de equivalências ou aproveitamentos anteriores e sejam validados pelo colegiado do curso, devendo apresentar equivalência de conteúdos com valor formativo igual ou superior a 75% do previsto na ementa e compatibilidade de no mínimo de 75% da carga horária do componente curricular da nova matriz.

Nos casos em que não for possível estabelecer a equivalência de conteúdos com valor formativo igual ou superior a 75% do previsto na ementa nem compatibilidade de no mínimo de 75% da carga horária do componente curricular da nova matriz, poderá ser realizada uma avaliação com vistas à promoção e classificação do(a) discente na série e disciplinas oferecidas na nova matriz curricular.

10. Base Nacional Comum Curricular

Esta parte do currículo se constitui pelos componentes da BNCC que se orientam a partir de Competências Gerais da Educação Básica:

- I. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.*
- II. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.*
- III. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.*
- IV. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.*
- V. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas*



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

- VI. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*
- VII. *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*
- VIII. *Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.*
- IX. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*
- X. *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.*

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das competências listadas acima, a BNCC estabelece que seja feita a divisão curricular das áreas, que por sua vez possuem suas competências e habilidade específicas:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza:

- a) Biologia;
- b) Física;
- c) Química.

IV - Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;
- c) Filosofia;
- d) Sociologia.

Desta forma, o Projeto de Curso indica que as seguintes disciplinas estarão apresentadas na base geral da formação:

- Língua Portuguesa I, II e III;
- Inglês I e II;
- Arte I e II;
- Educação Física I e II;
- Geografia I e II;
- História I e II;
- Filosofia I e II;
- Sociologia I e II;
- Matemática I, II e III;
- Física I e II;
- Química I e II;
- Biologia I e II;



11. Itinerário integrado e formação profissional



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

11.1. Disciplinas da formação profissional em técnico em segurança do trabalho:

- Desenho Técnico
- Legislação e Normas Técnicas I
- Legislação e Normas Técnicas II
- Legislação e Normas Técnicas III
- Higiene e Segurança em Processos Produtivos I
- Higiene e Segurança em Processos Produtivos II
- Higiene e Segurança em Processos Produtivos III
- Promoção da Saúde e Suporte Emergencial da Vida I
- Promoção da Saúde e Suporte Emergencial da Vida II
- Promoção da Saúde e Suporte Emergencial da Vida III
- Tecnologias de Prevenção e Combate a Incêndios I
- Tecnologias de Prevenção e Combate a Incêndios II
- Gestão Integrada de QSMS I
- Gestão Integrada de QSMS II
- Ergonomia Aplicada nos Ambientes Laborais
- Biossegurança Aplicada à Segurança e Saúde

11.2. Disciplinas BNCC Itinerário Integrado:

- Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa) I e II;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias I;
- Matemática e suas Tecnologias I e II;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologia (Física) I e II;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologia (Química) III;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologia (Biologia) IV;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO											
Disciplinas	Carga Horária por Ano									CH total	
	1º			2º			3º				
	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Tempos	Hora-Aula	Hora-Relógio	Hora-Aula	Hora-Relógio
Itinerário Integrado											
Língua Portuguesa e Literatura	4	163	136	4	163	136	2	82	68	408	340
Inglês	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Arte	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Educação Física	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Geografia	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
História	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Filosofia	2	82	68	0	0	0	2	82	68	163	136
Sociologia	2	82	68	2	82	68	0	0	0	163	136
Matemática	4	163	136	3	122	102	2	82	68	367	306
Física	3	122	102	2	82	68	2	82	68	286	238
Química	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Biologia	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Iniciação à Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais aplicada à Educação Profissional e Tecnológica	0	0		0	0		2	82	68	82	68
Técnicas de Avaliação de Riscos e Perigos	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Legislação e Normas Técnicas	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Higiene e Segurança em Processos Produtivos	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Promoção da Saúde e Suporte Emergencial da Vida	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Tecnologias de Prevenção e Combate a Incêndios	0	0	0	2	82	68	2	82	68	163	136
Gestão Integrada de QSMS	2	82	68	2	82	68	2	82	68	245	204
Ergonomia Aplicada nos Ambientes Laborais	0	0	0	2	82	68	0	0	0	82	68
Biossegurança Aplicada à Segurança e Saúde	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Meio Ambiente e Sustentabilidade	0	0	0	0	0	0	2	82	68	82	68
Total de carga-horária de disciplinas	37	1510	1258	37	1510	1258	30	1224	1020	4243	3536
Prática Profissional											
Prática Profissional	0			0			320 horas				320
Carga-horária total de Prática Profissional (hora)	0			0			320 horas				320
TOTAL DE CARGA-HORÁRIA DO CURSO (hora)											3856



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

A carga horária total (hora-relógio) das disciplinas é dividida em tempos de 50 minutos (1 tempo de 50 minutos equivale a 1 hora-aula). A carga horária total das disciplinas é dividida ao longo de no mínimo 200 dias letivos de acordo com o Calendário Acadêmico Anual aprovado nos Conselhos da Instituição e o Horário Escolar Anual organizado pelas Coordenações dos Cursos e a Gerência Acadêmica da Unidade.

12. Da concepção de avaliação escolar

A concepção de avaliação no Cefet/RJ – Uned Maria da Graça observará a avaliação como processo contínuo e cumulativo do desempenho da(o) estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações finais, viabilizando o redimensionamento da prática educativa, conforme Art.24, parágrafo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A avaliação pode ser adotada com vistas à promoção, aceleração de estudos e classificação, e será considerada como parte integrante dos processos de ensino-aprendizagem, assumindo funções diagnóstica, formativa e somativa.

Adotou-se como critério de avaliação de rendimento escolar de estudantes a normativa sistêmica do CEFET/RJ, explicitada na Resolução Conen Nº 01, de 08 de junho de 2022, transcrita abaixo:

12.1. Avaliação do rendimento escolar

A avaliação do rendimento escolar compreenderá a verificação do aproveitamento e da assiduidade, tanto em atividades práticas quanto teóricas.

Conforme a LDB (Art. 24), o estudante da educação básica pode ter até 25% (vinte e cinco por cento) de faltas do total de horas letivas, sob pena de reprovação no período em curso, caso ultrapasse esse limite.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

12.2. Verificação do aproveitamento

A verificação do aproveitamento escolar será feita, por disciplina, mediante as formas e os procedimentos de avaliação previstos no planejamento docente, aprovados em reunião de colegiado, a ser enviado, pela respectiva Coordenação de Curso à Gerência Acadêmica (Gerac).

O Diário de Classe é um documento institucional que pode ser acessado, a qualquer tempo, pela Coordenação de Curso ou Gerência Acadêmica. Trata-se de um instrumento legal de registro de todas as atividades desenvolvidas por cada docente junto às suas turmas. Deverá conter os lançamentos da matéria lecionada, em consonância com o programa da disciplina, o registro da frequência e das avaliações realizadas em cada trimestre, bem como todos os fatos considerados relevantes.

Ao final do Conselho de Classe, a(o) professor(a) responsável pela disciplina deverá entregar à Seção de Registros Acadêmicos (Serac) os diários devidamente preenchidos e assinados e as alterações objetos da Ata deliberativa. Em se adotando o diário de classe eletrônico, as informações acima pontuadas serão registradas e acessadas também por meio digital.

Constará no calendário letivo oficial de cada unidade a previsão dos períodos de avaliação e o prazo para o lançamento dos graus e da frequência no Sistema de Informações para o Ensino (SIE). O grau trimestral corresponderá ao resultado de, no mínimo, duas avaliações que atendam às peculiaridades didático-pedagógicas de cada disciplina, sendo uma delas realizada no período previsto no calendário, quando houver essa previsão. A composição do desempenho global da(o) estudante poderá ser feita com base em critérios e indicadores previamente informados, tais como: participação, assiduidade, pontualidade e autoavaliação.

As Coordenações poderão definir, em seus colegiados, formas de avaliação que as excluam do período de avaliações trimestrais ou bimestrais constante do calendário oficial de cada unidade, cujo mérito será julgado pela Gerac.

Para o registro dos graus no Diário de Classe, dever-se-ão utilizar números compreendidos entre zero e dez, até a primeira casa decimal, para todas as disciplinas. Será adotado o critério universal de arredondamento, isto é, frações iguais ou superiores a meio décimo serão arredondadas para cima e frações inferiores, para baixo. Exemplos:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

5,94 – deverá ser arredondado para 5,9. 5,95 – deverá ser arredondado para 6,0. Além do valor total de cada avaliação, os valores de cada item, questão ou etapa avaliativa também deverão ser previamente informados às(aos) estudantes.

Os resultados das avaliações do aproveitamento escolar deverão ser informados às(aos) estudantes pelas(os) professoras(es) e constar no Portal do Aluno, localizado no Portal do Cefet/RJ, de acordo com o calendário escolar de cada unidade. Deve-se proceder à vista de prova, de teste ou de trabalho dentro do prazo de entrega de graus do respectivo trimestre ou bimestre letivo, oportunidade na qual a(o) estudante poderá solicitar à(ao) professora(o) a revisão do grau atribuído, quando considerá-lo indevido.

Ao final de cada ciclo avaliativo (trimestral), as provas, testes e trabalhos devem ser devolvidos pelas(os) docentes às(aos) estudantes, que se responsabilizarão por sua guarda. No caso da Prova Final (PF), será concedido à(ao) estudante direito à vista de prova, sem entrega da avaliação.

As(os) estudantes que faltarem à(s) prova(s) realizada(s) trimestral, e atenderem aos seguintes critérios estabelecidos, terão direito a solicitar segunda chamada, desde que comprovado por documento legal:

- I. convocação pela Justiça Comum, Militar, Trabalhista ou Eleitoral;
- II. luto, por parte de cônjuge, parente de primeiro e segundo graus ou responsável legal;
- III. serviço militar;
- IV. estar em regime de exercícios domiciliares;
- V. doença comprovada por atestado médico;
- VI. acompanhamento de pai, mãe, filho(s) e cônjuge, com apresentação de atestado médico;
- VII. contrair núpcias.

Sob requerimento apresentado à coordenação de curso, a(o) estudante, caso seja maior de idade, ou sua(seu) responsável legal, pode solicitar a aplicação de prova de segunda chamada, no prazo de até cinco dias úteis, a contar da data da primeira chamada. A solicitação poderá ser feita por meio digital ou pessoalmente. Em casos excepcionais, que não se enquadre(m) em nenhuma das justificativas acima previstas, a concessão da segunda chamada fica condicionada à coordenação do curso.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Nenhuma avaliação poderá ser marcada em data que extrapole o prazo definido em calendário oficial para lançamento da nota final.

Ao final do ano ou período letivo, será oferecida uma Prova Final (PF) com os conteúdos lecionados em cada disciplina. Deverão fazer a PF as(os) alunas(os) cuja média aritmética dos graus trimestrais for inferior a 6,0 (seis), sendo a mesma facultada às(aos) estudantes com média igual ou superior a 6,0 (seis) e que objetivem a melhoria dos seus graus.

Por motivos justificáveis mediante legislação vigente, a(o) estudante, se maior de idade, ou seu responsável legal, poderá requerer à coordenação de curso ou Gerac, a aplicação de segunda chamada de PF, a ser solicitada em prazo máximo de 48h após a chamada inicial, conforme previsão no calendário oficial da unidade.

12.3. Apuração da média final

Para a verificação do aproveitamento escolar, será apurada uma Média anual (M) em cada disciplina igual à média aritmética das notas trimestrais (N), ou seja: $M = (N1 + N2 + N3) / 3$ onde N1, N2 e N3 equivalem, respectivamente, às notas do primeiro, segundo e terceiro trimestres.

A Média anual (M) deve ser igual ou superior a 6,0. Quando a apuração da Média anual (M) for inferior a 6,0 (seis), a(o) estudante deverá submeter-se a Prova Final (PF), em período definido no calendário acadêmico. Neste caso, a Média Final (MF) será igual à média aritmética entre o grau obtido na Prova Final (PF) e a Média anual (M), ou seja: se $M < 6,0$ (seis), $MF = (M + PF) / 2$.

A nota obtida na Prova Final (PF) não pode diminuir a Média anual (M) da(o) estudante. Caso a Média Final (MF) após a Prova Final (PF) seja menor que a Média anual (M), o sistema de lançamento deverá manter o grau da Média anual (M).

12.4. Da aprovação e da retenção

Será considerado aprovado em uma disciplina o estudante com média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis) e com frequência igual ou acima de 75% do total da carga horária de todas as disciplinas somadas.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Será promovido ao ano ou período letivo seguinte a(o) estudante aprovada(o) em todas as disciplinas do período cursado.

Ter-se-á como retido no ano letivo, tendo que cursar a série inteira novamente, a(o) estudante que não tiver o desempenho e a assiduidade previstos nesta norma.

A situação final do estudante será obrigatoriamente julgada pelo Conselho de Classe, nos termos das normas próprias, tendo como princípio orientador da decisão o predomínio do desempenho global do estudante, nos campos cognitivo, afetivo e psicomotor. O Conselho de Classe pode aprovar com média 6,0 (seis) os estudantes que não obtiverem essa média final, em qualquer disciplina, se for o entendimento da maioria que compõe o referido Conselho, mediante votação. A(o) estudante reprovado(a) que venha a discordar do resultado do Conselho de Classe Final terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a divulgação desse resultado, para solicitar revisão da sua situação, mediante requerimento formalizado junto à Gerência Acadêmica - Gerac.

A(O) estudante que vier a ser reprovada(o) deve atentar para o limite fixado em normativa interna quanto ao tempo máximo para conclusão do seu curso, que corresponde ao dobro do tempo regulamentar em anos, menos um.

12.5. Do Regime Domiciliar

O regime domiciliar é um processo que envolve família e escola e dá à(ao) estudante o direito de realizar atividades escolares em seu domicílio, quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo na sua vida acadêmica (Decreto-lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75).

A(o) estudante terá suas faltas justificadas durante o período de afastamento.

Terá direito ao Regime Domiciliar a(o) estudante que necessitar ausentar-se das aulas por um período superior a quinze dias e inferior a noventa dias, nos seguintes casos:

- I. ser portador de doença infectocontagiosa;
- II. necessitar de tratamento prolongado de saúde;
- III. estar grávida e/ou ter problemas pós-parto;

IV. necessitar acompanhar prole com problemas de saúde e ficar comprovada a necessidade de assistência intensiva;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

V. se convocado pelo alistamento militar no regime de semi-internato ou internato.

O Regime Domiciliar será efetivado mediante requerimento a ser apresentado na Serac da unidade, em prazo máximo de cinco dias úteis após o início do impedimento. É da competência da Gerac a autorização do Regime Domiciliar.

No caso dos incisos I a IV, ao requerimento deve ser anexado atestado médico, que será analisado pelo setor de saúde da instituição, com indicação de deferimento ou não.

O Regime Domiciliar não tem efeito retroativo.

Assegura-se à(ao) estudante em regime domiciliar o direito à prestação das avaliações finais. Os exercícios domiciliares não desobrigam, em hipótese alguma, a(o) estudante de realizar as avaliações da aprendizagem, as quais poderão ser feitas remotamente, desde que autorizado pela coordenação de curso de cada disciplina.

As atividades previstas em cada disciplina, incluindo material didático e avaliativo, serão encaminhadas à(ao) estudante em regime domiciliar, preferencialmente, por meios digitais. Nos casos em que não seja possível fazê-lo digitalmente, haverá a alternativa de comparecimento da(o) responsável legal ou representante da(o) estudante à coordenação do curso para retirada e/ou devolução dos arquivos, ou, em situações adversas, a instituição será responsável pela entrega e retirada do material no domicílio da(o) estudante.

As atividades curriculares de modalidade prática que necessitem de acompanhamento docente e da presença física da(o) estudante em regime domiciliar deverão ser realizadas após o retorno da(o) estudante às aulas e em ambiente próprio para sua execução, desde que compatíveis com as possibilidades da instituição. Isso vale também nas avaliações que requeiram atuação prática para verificação da aprendizagem, quando houver.

12.6. Recuperação Paralela

A recuperação paralela é um direito garantido ao estudante da Educação Básica, amparado pelo Art. 24, inciso V, alínea "e" da LDB. Sua oferta pelas instituições de ensino é obrigatória para estudantes com baixo aproveitamento e rendimento escolar.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

A recuperação paralela de conteúdo terá por finalidade fazer com que o estudante alcance os objetivos estabelecidos para o trimestre de cada componente curricular acontecerá ao longo do período letivo, com a oferta de aulas, estudos dirigidos ou atividades paralelas, em turno diferente, cujo planejamento e execução estarão a cargo da(o) docente.

O procedimento para a recuperação paralela de conteúdo em cada disciplina será estabelecido pela Coordenação à qual a disciplina esteja vinculada, consultados os respectivos colegiados, sob a supervisão da Gerac. Deve contemplar atividades e avaliações que possibilitem à(o) estudante alteração nas médias trimestrais. A respeito da possibilidade dos estudantes com baixo rendimento melhorarem as notas obtidas, o Conselho Nacional de Educação assinala em nota sobre a Recuperação Paralela:

É indispensável que os envolvidos sejam alvo de reavaliação, também paralela, a ser prevista nessas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela decorrerá a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo. Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde esta — a avaliação — é o instrumento indispensável para constatar em que medida os objetivos colimados foram alcançados (CNE, 2013).

A participação nas atividades de recuperação paralela de conteúdo será facultativa à(o) estudante, com acompanhamento e controle de frequência pela(o) docente responsável.

A respeito dos objetivos da Recuperação Paralela, o Conselho Nacional de Educação conclui:

Quando se trata de conteúdo, é sabido que os atos de aprender e ensinar implicam conteúdos formalizados em processos pedagógico-didáticos e que o processo de avaliação e reavaliação dos estudos de recuperação serve a uma totalidade, isto é, ao pleno desenvolvimento dos estudantes tidos como, temporalmente, “de baixo rendimento”. Efetivamente, a atitude de recuperação visa à superação dessa condição verificada pelos professores e gestores da unidade escolar (CNE, 2013).

12.7. Assiduidade

A assiduidade será apurada sobre o somatório das horas letivas previstas no período letivo, segundo inciso VI do Art. 24 da LDB. Independente de quaisquer



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

resultados de aproveitamento, será considerada(o) reprovada(o), no período letivo, a(o) estudante que não alcançar assiduidade mínima de 75% do total da carga horária de todas as disciplinas somadas. Após três dias subsequentes de falta do(a) estudante na mesma disciplina, sem justificativa, ou em caso de ausência prolongada intermitente, a(o) docente deverá comunicar à Coordenação do Curso, que informará à Gerac, para as devidas providências junto à Seção de Articulação Pedagógica.

13. Dispensas, isenções e aproveitamentos de estudos

O discente transferido que, no ato da matrícula, apresentar comprovação de estudos realizados com aproveitamento, a critério da Coordenação de Curso/Disciplina, poderá ficar isento das matérias já cursadas. Não haverá isenção de estágio.

Sob requerimento firmado pela(o) própria(o) ou, se menor de idade, pela(o) responsável, a(o) discente reprovada(o) no período letivo poderá ter isenção da(s) disciplina(s) em que foi aprovada(o). O requerimento deve ser protocolado na Secretaria de Registros Acadêmicos (SERAC), respeitando-se o prazo fixado em calendário acadêmico.

As dispensas em Educação Física serão concedidas de acordo com a legislação em vigor. A dispensa da parte prática de Educação Física não exime o discente de participar das aulas, de forma diferenciada.

14. Regulamento da Prática Profissional Obrigatória

A Prática Profissional obedecerá às normas da Resolução nº19, de 21 de Novembro de 2024, do CEPE.

As Práticas Profissionais Obrigatórias (PPO) se constituem como uma atividade articuladora entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, indispensáveis para obtenção do Diploma de Técnico de Nível Médio, sendo, portanto, obrigatória.

A carga horária destinada à Prática Profissional Obrigatória para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio é de 320 horas.

São objetivos da prática profissional:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

I. Consolidar os conteúdos estudados ao longo do curso possibilitando ao discente a integração teoria e prática.

II. Proporcionar oportunidades para a aplicabilidade orientada dos estudos desenvolvidos durante o curso.

III. Proporcionar a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, de modo a permitir que os discentes desenvolvam habilidades específicas relacionadas à sua área de estudo, preparando-os para o mercado de trabalho.

A Prática Profissional Supervisionada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, desde que correlatas às áreas técnicas do curso no qual o discente esteja matriculado.

O colegiado definiu uma tabela com as atividades aceitas e a proporcionalidade de carga horária de cada uma, considerada como anexo deste PPC, que será homologada nos conselhos responsáveis pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondentes, seguindo as orientações da Resolução 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ.

A Resolução 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ, revoga as resoluções anteriores sobre prática profissional e estágio, e suas disposições se aplicam à todas as entradas a partir de 2025, nos cursos vigentes a partir da data de sua publicação. Desta forma, este PPC defini que os estudantes com matrícula ativa no CEFET/RJ, que não integralizaram a carga horária de Estágio, podem concluir o curso cumprindo a carga horária e as atividades de Prática Profissional definidas neste PPC.

14.1. Supervisão das Práticas Profissionais

Os Professores Supervisores de Prática Profissional têm as seguintes responsabilidades:

I. Orientação dos estudantes em relação às obrigações exigidas pelo curso no que concerne à Prática Profissional.

II. Coparticipação no preenchimento dos documentos exigidos.

III. Contabilização das horas necessárias para a integralização dessa exigência.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

IV. Conferir as documentações e realizar o parecer final sobre o cumprimento do número de horas exigido da Prática Profissional e informar à SERAC que o discente cumpriu a carga horária exigida pelo curso.

Cada Professor Supervisor de Prática Profissional poderá atender no máximo 15 alunos.

14.2. Da possibilidade de equivalência de horas para a Prática Profissional

Será considerado equivalente à prática profissional, inclusive de estágio curricular, a experiência profissional em atividade correlata ao curso.

I. São considerados documentos válidos para a comprovação:

- a. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- b. Contrato de Trabalho ou Declaração de Vínculo.
- c. Contrato de prestação de serviço (caso do profissional autônomo ou MEI).
- d. Declaração Funcional emitida pela Unidade de Gestão de Pessoas.
- e. Extrato de arrecadação mensal (MEI).

f. Declarações e/ou Certificados das atividades exercidas, emitidas pela instância responsável.

A documentação deverá ser acompanhada do relatório técnico descritivo das atividades exercidas e a aprovação da equivalência compete ao Professor Orientador de Estágio ou Professor Supervisor de Prática Profissional e, na indisponibilidade destes, ao Coordenador de Curso.

14.3. Estágio Supervisionado

As atividades programadas para o estágio supervisionado compreendem uma das possibilidades para a Prática Profissional, conforme Resolução CNE/CBE 01/2021 e deve estar de acordo com a Lei de Estágio vigente à época da assinatura do contrato.

I. O estágio profissional supervisionado deverá ser realizado na mesma área do curso.

II. O estágio profissional supervisionado constitui-se na interface entre a vida escolar e a vida profissional, contribuindo como processo de aprendizagem e transcende



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

o nível de treinamento, sendo alvo de um planejamento criterioso, que envolve a orientação, o encaminhamento, a supervisão e a avaliação do discente-estagiário.

Conforme Resolução nº 19/2024 – CEPE/CEFET/RJ, de 21 de novembro de 2024, o estágio profissional supervisionado obrigatório está autorizado a ser exercido a partir do penúltimo módulo/período/ano do curso ou logo após a sua conclusão, desde que iniciado no período de até dezoito (18) meses do encerramento do cumprimento das disciplinas obrigatórias, baseado na data de Conselho de Classe Final. Todo o processo deverá ser encerrado em até 24 meses.

Em todos os casos, a atividade de estágio não poderá coincidir com os horários regulares das disciplinas obrigatórias previstas no PPC do curso

Para a realização do estágio externo, a empresa deverá ter convênio com o Cefet/RJ.

Os documentos necessários para a prática do estágio são disponibilizados no site da instituição e deverão ser informados ao discente pelo Professor Orientador de Estágio.

A jornada diária de estágio será de até 6 (seis) horas, excluído o horário do almoço e carga horária máxima semanal de 30 (trinta) horas.

14.3.1. Atribuições dos Envolvidos no Processo do Estágio Supervisionado

Ao coordenador do curso incube:

- I – Supervisionar o desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado;
- II – Encaminhar o resultado da avaliação final do estagiário à Secretaria Acadêmica da Uned Maria da Graça
- III – Designar o Professor Responsável pelas atividades de Estágio Supervisionado na Coordenação, quando necessário.

Ao Professor Orientador de Estágio incumbe:

- I – Aprovar o Plano de Estágio Supervisionado apresentado pelo aluno;
- II – Assistir ao aluno, na Uned Maria da Graça e na entidade concedente de estágio, durante o período de realização de estágio;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

III – Fixar, divulgar datas e horários para a avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos concluintes do Estágio Supervisionado;

IV – Realizar a avaliação final do estagiário.

Ao aluno estagiário incumbe:

I – Firmar o “Termo de Compromisso” com a entidade concedente, com interveniência do CEFET/RJ;

IV – Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar a data de assinatura do “Termo de Compromisso”, o Plano de Estágio Supervisionado ao Coordenador do Curso;

V – Participar da reunião de orientação de estagiários promovida pela Coordenação do Curso;

VI – Acatar as normas da empresa conveniada;

VII – Respeitar as Cláusulas do “Termo de Compromisso”;

VIII – Apresentar ao Coordenador do Curso o processo final de seu estágio Supervisionado, cumprida a carga horária prevista;

IX – Participar de todas as etapas de avaliação do Estágio Supervisionado.

14.3.2. Desenvolvimento do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado será precedido da celebração do “Termo de Compromisso” entre o aluno e a entidade concedente devidamente conveniada, com interveniência do CEFET/RJ, o qual preverá as condições de sua realização e sua duração.

O plano de Estágio supervisionado deverá ser apresentado pelo aluno, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após assinatura do Termo de Compromisso, ao Coordenador do Curso para análise e aprovação. Não cumprindo o prazo do caput deste item pelo aluno, o estágio somente passar a ter validade a partir da data da efetiva aprovação do Plano de Estágio Supervisionado pelo Coordenador do Curso.

Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário, serão consideradas:

I – A compatibilidade das atividades desenvolvidas com o currículo do Curso e com o Plano de Estágio Supervisionado;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

II – A qualidade e eficácia na realização das atividades;

III – A capacidade inovadora ou criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas;

IV – A capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente.

Concluído o estágio, o aluno deverá entregar seus documentos ao Professor Orientador, que fará a verificação e análise, e encaminhará o resultado final à ciência da Coordenação do Curso e à Secretaria Acadêmica, a fim de que os documentos sejam arquivados na pasta individual do aluno.

A inobservância dos prazos implicará na realização de novo estágio em outra entidade concedente conveniada.

14.3.3. Desligamento do Estágio Supervisionado

O desligamento do estagiário da entidade concedente ocorrerá, automaticamente, após o prazo fixado no Termo de Compromisso.

O aluno será desligado da entidade concedente antes do encerramento do período previsto no Termo de Compromisso nos seguintes casos:

I – A pedido do estagiário, mediante comunicação prévia à entidade concedente;

II – Por iniciativa da entidade concedente, quando o estagiário deixar de cumprir obrigação prevista no Termo de Compromisso;

III – Por iniciativa do CEFET/RJ - Uned Maria da Graça, quando a entidade concedente deixar de cumprir obrigação prevista no termo de Convênio ou no Termo de Compromisso;

IV – Por iniciativa do CEFET/RJ - Uned Maria da Graça, quando o aluno infringir normas disciplinares da Instituição que levem ao seu desligamento do corpo estudante.

15. Corpo docente do Núcleo Profissional Tecnológico

Docente	Formação
Beatriz Martins Teixeira	Advogada, Especialista em Meio Ambiente, D.Sc
Claudia Mendes de	Enfermeira, Especialista em Enfermagem do Trabalho,



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Araújo	M.Sc
Francisco Moysés de Carvalho Neto	Engenheiro Químico, Especialista em Engenharia de Segurança, Administrador de Empresas, M.Sc
Ivan Gaspar	Engenheiro Mecânico, Especialista em Engenharia de Segurança. M.Sc
Maria Regina Lemos Guimarães	Médica, Especialista em Medicina do Trabalho, M.Sc
Rayana Ferreira Vinagre	Engenheira de Produção, Especialista em Engenharia de Segurança, M.Sc
Roberto Mingozi Martins dos Santos	Engenheiro Civil, Especialista em Engenharia de Segurança
Roberto Rodrigues de Oliveira	Engenheiro Civil, Especialista em Engenharia de Segurança, M.Sc

Tabela 1. Docentes do Núcleo Profissional Tecnológico e respectivas formações



16. Ementas Das Disciplinas Do Núcleo Profissional Tecnológico

COMPONENTE CURRICULAR: GESTÃO INTEGRADA de QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE e SAÚDE I - GII	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 1º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: A evolução da segurança do trabalho; Acidentes do Trabalho, conceitos: preventivista, legal e normativo; Causas de Acidentes: desvios das boas práticas de SMS; Consequências do Acidente; Agente do Acidente; Normas Regulamentadoras do Trabalho.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA SALIBA, T. M.; Manual Prático de higiene ocupacional e PPRA, São Paulo: Ed LTR; SPINELLI, ROBSON, Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos, São Paulo: Ed SENAC; ARAÚJO, Giovanni Moraes de, Normas Regulamentadoras Comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho, Rio de Janeiro: GVC.	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Normas Regulamentadoras do Trabalho

COMPONENTE CURRICULAR: HIGIENE e SEGURANÇA do TRABALHO em PROCESSOS PRODUTIVOS I - HST I

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 1º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Definições de higiene do trabalho/ocupacional;

Riscos Ambientais;

Insalubridade Ocupacional;

Normas Regulamentadoras do Trabalho, aplicação;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

SALIBA, T. M.; Manual Prático de higiene ocupacional e PPRA, São Paulo: Ed LTR;

Site do Ministério do Trabalho;

ZOCCHIO, Álvaro. Como entender e cumprir as obrigações pertinentes a segurança e saúde no trabalho: um guia e um alerta para os agentes de chefia nas empresas, São Paulo: LTR;

ARAÚJO, Giovanni Moraes de, Normas Regulamentadoras Comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho, Rio de Janeiro: GVC.

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS I - LNT I

CARGA HORÁRIA: 102

ANO (S): 1º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

O Direito como ciência social;

Noções da hierarquia das leis;

A Constituição da República Federativa do Brasil;

Introdução à legislação de segurança e saúde ocupacional;

Consolidação das Leis do Trabalho;

Legislação aplicada à profissão do Técnico em Segurança do Trabalho;

Normas Regulamentadoras do Trabalho.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

- NUNES, Diva Barbosa- Noções Básicas de direito para técnicos em segurança do trabalho / Diva Barbosa Nunes, - 1ª edição –São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007;

- VIEIRA, Sebastião Ivone (coord). Manual de saúde e segurança do trabalho. São Paulo: LTR;

- Texto da Lei 6514/77, Portaria 3214/78-Normas Regulamentadoras, Brasil;

- Saliba, Tuffi Messias, Legislação de Segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador / Tuffi Messias Saliba, Sofia C. Reis Saliba, São Paulo: LTR.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPONENTE CURRICULAR: PROMOÇÃO da SAÚDE e SUPORTE EMERGENCIAL da VIDA I - PSSEV I	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 1º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Conceitos de saúde (Saúde coletiva, epidemiológica e vigilância a saúde) Doenças (Infecciosas, parasitárias e virais); Doenças ocupacionais & Doenças do trabalho; Políticas de Saúde: SUS MPAS, MT, OMS, OIT, Introdução aos Sistemas do Corpo Humano; Nutrição e Saúde; Ética no Trabalho; Noções de Psicologia no Trabalho; Técnico de Segurança do Trabalho na área de RH. Normas Regulamentadoras do Trabalho	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA Site do Ministério do Trabalho: Portaria 3214/78, Norma Regulamentadora nº 7/ Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e outras; SALIBA, T. M., Manual Prático de higiene ocupacional e PPRA, São Paulo: Ed LTR; GONÇALVES, E.A., Manual de segurança e saúde no trabalho, São Pulo; Ed LTR; Normas Regulamentadoras do Trabalho.	

COMPONENTE CURRICULAR: ERGONOMIA APLICADA AOS AMBIENTES LABORAIS - EAAL	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 2º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Ergonomia, evolução histórica/conceitos/fundamentos/ física/cognitiva/organizacional; Organização e métodos de trabalho; Riscos ergonômicos; Antropometria; Ergonomia em tarefas manuais repetitivas; Ginástica laboral; Laudos ergonômicos Doenças osteomusculoarticulares relacionadas ao trabalho (DORT); Lesões por esforço repetitivo (LER); Análise Ergonômica; Norma Regulamentadora/MT nº 17-Ergonomia; Norma ABNT 9050:2004 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Normas Regulamentadoras do Trabalho.	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11
BIBLIOGRAFIA Másculo, F.S.; VIDAL M>C. Ergonomia: Trabalho adequado e eficiente. Abepro, Ed Campus; ABRAHÃO, Júlia ET AL. Introdução À Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: Editora Blücher; COLOMBINI, D.; OCCHIPINTI, E.; FANTI, M.; Método OCRA para análise e prevenção do risco por movimentos repetitivos: Manual para a avaliação e a gestão do risco. Mendes R. Patologia do Trabalho. São Paulo. Ed Atheneu Vidal, M C R. Guia para análise ergonômica do Trabalho (AET). Rio de Janeiro. Ed Virtual Científica.

COMPONENTE CURRICULAR: GESTÃO INTEGRADA de QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE e SAÚDE II - GI II	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 2º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Estatísticas de Acidentes; Cadastro de Acidentes, Norma ABNT, procedimento e classificação; Auditoria de Sistemas Integrados de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional; Normas Regulamentadoras do Trabalho.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA MORAES, G.A. Sistema de Gestão Ambiental ISO14001/04 comentada. Rio de Janeiro: Ed Gerenciamento Verde; Norma ABNT NBR 9000:2007 Sistema de Gestão da Qualidade/requisitos e alterações; MORAES, Giovanni; Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS – Segurança, meio ambiente, saúde ocupacional, qualidade e responsabilidade social; Normas Regulamentadoras do Trabalho – NRs/MT.	

COMPONENTE CURRICULAR: HIGIENE e SEGURANÇA do TRABALHO em PROCESSOS PRODUTIVOS II - HST II	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 2º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Riscos físicos; Introdução ao estudo de Radiações como agentes de risco; Ruído/Acústica Técnica; Normas Técnicas pertinentes a riscos físicos; Técnicas de Avaliação de riscos físicos; Portaria/MT 3214 de 1978; Normas Regulamentadoras.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

SALIBA, T. M.; Manual Prático de higiene ocupacional e PPRA, São Paulo: Ed LTR;
SPINELLI, ROBSON, Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos, São Paulo: Ed SENAC;
ARAÚJO, Giovanni Moraes de, Normas Regulamentadoras Comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho, Rio de Janeiro: GVC.

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS II - LNT II

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 2º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Consolidação das Leis do Trabalho;

Noções básicas de Legislação Previdenciária;

Noções básicas sobre Responsabilidade Civil;

Noções básicas de Direito Penal;

Normas Regulamentadoras do Trabalho.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

(EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

MORAES, Giovanni Araújo (Autor, editor e organizador), Normas Regulamentadoras Comentadas e ilustradas, Rio de Janeiro; Gerenciamento Verde Consultoria, Editora e Livraria Virtual Ltda;

ZOCCHIO, A., Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração, implantação e administração, São Paulo: Ed LTR;

Site do Ministério do Trabalho, Portaria/MT 3214 de 1978; Normas Regulamentadoras;

SALIBA, T.M.; PAGANI, S.C.R. Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho, São Paulo: Ed Ltr.,

COMPONENTE CURRICULAR: PROMOÇÃO da SAÚDE e SUPORTE EMERGENCIAL da VIDA II - PSSEV II

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 2º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Saúde Ocupacional

PCMSO; SIPAT;

Acidentes de trabalho;

Toxicologia;

Norma Regulamentadora 15 – Anexo 11;

Doenças Ocupacionais: Surdez Ocupacional; Asbestose; Pneumoconioses; Câncer ocupacional;

Benzenismo; Dermatose Ocupacional; Silicose; Saturnismo;

Normas Regulamentadoras do Trabalho;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)
EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

GARCIA, G.F.B., Acidentes do Trabalho: Doenças Ocupacionais e Nexos Técnico Epidemiológico.
MENDES, R., Patologia do Trabalho, São Paulo: Ed Atheneu.
SALIBA, T. M.; PAGANI, S.C.R., Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalho.
Portaria/MT 3214/78 Normas Regulamentadoras do Trabalho.

**COMPONENTE CURRICULAR: TECNOLOGIAS de PREVENÇÃO e COMBATE A INCÊNDIO
I - TPCI I**

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 2º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

História do fogo e grandes incêndios;
Classes de fogo;
Inflamabilidade;
Explosividade;
Conceitos básicos relativos à segurança contra incêndio;
Portaria 3214/78 / NR 23-Proteção contra incêndios;
Equipamentos de Proteção contra incêndio;
Sistemas móveis e fixos de combate a incêndio;
Proteções passivas contra incêndio;
Análise de causas de um incêndio;
Brigadas de Incêndio;
Inspecções preventivas contra incêndio.
Normas Regulamentadoras do Trabalho.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

CAMILLO JUNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios, São Paulo: Editora SENAC;
GONÇALVES, E.A. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho, São Paulo: Ed LTR;
BRENTANO, T. Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas Edificações, Rio Grande do Sul: Ed PUCRS;
Normas Regulamentadoras do Trabalho e outras normas em vigor.

**COMPONENTE CURRICULAR: BIOSSEGURANÇA APLICADA AOS AMBIENTES
LABORAIS - BAAL**

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 3º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Conceitos e princípios gerais de biossegurança;



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Riscos nas atividades de saúde; Técnicas de transporte, armazenamento e descarte de resíduos contaminados; Fontes Radioativas. Normas Regulamentadoras do Trabalho.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11
BIBLIOGRAFIA BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO. Normas Regulamentadoras 7, 32 e 36/ Portaria 3214/78; MENDES, R.; Patologia do Trabalho. São Paulo: Ed Atheneu. FUNDACENTRO. Manual para interpretação das informações sobre substâncias químicas.

COMPONENTE CURRICULAR: GESTÃO INTEGRADA de QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE e SAÚDE III - GI III

CARGA HORÁRIA: 68 **ANO (S): 3º Ano**

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:
Os grandes acidentes industriais ocorridos na história da humanidade e suas consequências para a sociedade;
A evolução dos conceitos e práticas de qualidade, segurança do trabalho, meio ambiente, saúde ocupacional e responsabilidade social;
Os principais sistemas de gestão de qualidade, segurança do trabalho. Meio ambiente, saúde ocupacional e responsabilidade social na atualidade, no mundo e no Brasil;
As normas técnicas nacionais e internacionais aplicadas à gestão integrada de qualidade, segurança do trabalho. Meio ambiente, saúde ocupacional e responsabilidade social na atualidade;
Metodologia do Ciclo PDCA;
Requisitos das normas ISO e suas alterações;
Requisitos da norma ABNT ISO

**COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)
EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 /
EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11**

BIBLIOGRAFIA
MORAES, G.A. Sistema de Gestão Ambiental ISO14001/04 comentada. Rio de Janeiro: Ed Gerenciamento Verde;
Norma ABNT NBR 9000:2007 Sistema de Gestão da Qualidade/requisitos e alterações;
Curso de Gestão Ambiental / Editores Arlindo Philippi Jr, Marcelo de Andrade Romero, Gilda Collet Bruna. Barueri/SP: Editora Manole Ltda;
MORAES, Giovanni; Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS – Segurança, meio ambiente, saúde ocupacional, qualidade e responsabilidade social;
Normas Regulamentadoras do Trabalho – NRs/MT.

COMPONENTE CURRICULAR: HIGIENE e SEGURANÇA do TRABALHO em PROCESSOS PRODUTIVOS III - HST III



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 3º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Noções de Riscos químicos; Grandes Acidentes envolvendo produtos ou plantas industriais químicas; Áreas classificadas/conceitos/ ações preventivas; Meio Ambiente; Noções de Processos Industriais e seus riscos; Portaria/MT 3214 de 1978; Normas Regulamentadoras do Trabalho.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA ARAÚJO, Giovanni Moraes de, Normas Regulamentadoras Comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho, Rio de Janeiro: GVC. SAMUEL SCHVARTSMAN, Produtos Químicos de Uso Domiciliar, Segurança e riscos toxicológicos, São Paulo: Almed Editora e Livraria. Normas Regulamentadoras do Trabalho.	

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS III - LNT III	
CARGA HORÁRIA: 102	ANO (S): 3º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)/ Decreto 7602/2011; Lei 8213/91-Art 20 e outros, conceituação legal de acidente do trabalho; Noções de Legislação Previdenciária; Normas regulamentadoras do trabalho; Diplomas legais, internacionalmente reconhecidos, voltados à proteção da saúde e segurança no trabalho.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTPO6 / EMIFFTPO8 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA ZOCCHIO, A., Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração, implantação e administração, São Paulo: Ed LTR; Site do Ministério do Trabalho, Portaria/MT 3214 de 1978; Normas Regulamentadoras; SALIBA, T.M.; PAGANI, S.C.R. Legislação de segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalho, São Paulo: Ed Ltr.	

COMPONENTE CURRICULAR: PROMOÇÃO da SAÚDE e SUPORTE EMERGENCIAL da VIDA III - PSSEV III	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 3º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Pressões Hiperbáricas;

Epidemiologia;

Radiações Ionizantes e Não Ionizantes;

Atendimento Pré Hospitalar em emergências médicas;

Primeiros Socorros;

Normas Regulamentadoras do Trabalho.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, Isa Aparecida; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges, Efeito de Treinamento nos desempenhos individual e organizacional;

FUNDACENTRO, Manual de Orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas, São Paulo: Ed. Fundacentro;

MENDES, R., Patologia do Trabalho, São Paulo: Ed Atheneu.

Normas Regulamentadoras do Trabalho.

COMPONENTE CURRICULAR: TÉCNICAS de AVALIAÇÃO de RISCOS e PERIGOS – TAPR

CARGA HORÁRIA: 68

ANO (S): 3º Ano

CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

Natureza dos Riscos de perdas e acidentes industriais;

Técnicas aplicáveis à análise de riscos/ Identificação de perigos (HAZID) ;

Análise preliminar de perigos (APP);

Análise preliminar de riscos (APR);

Estudo de perigos e operacionalidade (HAZOP);

Análise de modo e efeito de falhas (FMEA);

Análise por árvore de falhas (FTA);

Investigação e análise de acidentes;

Normas Regulamentadoras do Trabalho;

Outras Normas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11

BIBLIOGRAFIA

MORAES, G.A. Sistema de Gestão Ambiental ISO14001/04 comentada. Rio de Janeiro: Ed Gerenciamento Verde;

Norma ABNT NBR 9000:2007 Sistema de Gestão da Qualidade/requisitos e alterações;

Curso de Gestão Ambiental / Editores Arlindo Philippi Jr, Marcelo de Andrade Romero, Gilda Collet Bruna. Barueri/SP: Editora Manole Ltda;

MORAES, Giovanni; Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS – Segurança, meio ambiente, saúde ocupacional, qualidade e responsabilidade social;

Normas Regulamentadoras do Trabalho – Nrs/MT.

Normas ABNT e outras.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPONENTE CURRICULAR: TECNOLOGIAS de PREVENÇÃO e COMBATE A INCÊNDIO II - TPCI II	
CARGA HORÁRIA: 68	ANO (S): 3º Ano
CURSO(S): Curso Técnico em Segurança do Trabalho integrado ao Ensino Médio	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: – Conceito de prevenção, proteção e combate ao incêndio; – Conceito de dimensionamento hidráulico; – Risco de Incêndios em prédios elevados; – A reação e a resistência do fogo; – Classe de incêndio e agentes extintores; – Dimensionamento de extintores; – Estudo de Casos; – Normas Regulamentadoras do Trabalho.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EMIFCG01 / EMIFCG02 / EMIFCG03 / EMIFFTP04 / EMIFFTP05 / EMIFFTP06 / EMIFFTP08 / EMIFFTP10 / EMIFFTP11	
BIBLIOGRAFIA CAMILLO JUNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios, São Paulo: Editora SENAC; GONÇALVES, E.A. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho, São Paulo: Ed LTR; BRENTANO, T. Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndios nas Edificações, Rio Grande do Sul: Ed PUCRS; NFPA, National Fire Protection Association: NFPA 101: Life Safety Code; SFPE, Society of Fire Protection Engineers; SFPE Handbook of Fire Protection Engineering. Normas Regulamentadoras do Trabalho.	

17. Corpo Docente da BNCC

Docente	Formação
Alberto Boscarino Junior	Licenciado em Educação Artística, Doutor em Música
Alessandra Cristina Moreira de Magalhães	Licenciada em Português, Doutora em Literatura Comparada
Ana Carolina Ferraz dos Santos	Licenciada em Geografia, Mestre em Geografia
Dayanne Fernandes Amaral	Licenciada em Física, Doutora em Física
Marcela Stuker Kropf	Licenciada em Biologia, Doutora em Ciências



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Felipe Gonçalves Pinto	Licenciado em Filosofia, Doutor em Filosofia
Gilberto Gil Fidélis Gomes Passos	Licenciado em Matemática, Mestre em Matemática
Julianna de Souza Cardoso Bonfim	Licenciada em Português, Doutora em Letras
Lesliê Vieira Mulico	Licenciado em Língua Inglesa, Doutor em Interdisciplinar de Linguística Aplicada
Luciana Ferrari Espíndola	Licenciada em Biologia, Doutora em Biologia
Luciano Melo Dias	Licenciado em Educação Artística, Mestre em Artes
Marcia Menezes	Licenciada em Sociologia, Mestre em Sociologia
Mariana da Silva Lima	Licenciada em Português, Doutora em Letras
Patrícia Haryella Amantino Manso	Licenciada em Física, Doutora em Física
Hugo Carlos da Rosa Esquivel	Licenciado em Matemática, Mestre em Matemática
Hugo Monsores Leoncio	Licenciado em Química, Mestre em Química
Paulo Sergio Rosa Fernandes	Licenciado em Química, Doutor em Química
Rebeca Cardozo Coelho	Licenciada em Educação Física, Doutora em Educação Física
Saulo Santiago Bohrer	Licenciado em História, Doutor em História
Wagner Dias Santos	Licenciado em Matemática, Mestre em Matemática

Tabela 2. Docentes da BNCC e respectivas formações

18. Ementas das disciplinas da BNCC

Disciplinas do Curso:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

- Arte
- Biologia
- Educação Física
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Inglês
- Língua Portuguesa e Literatura
- Matemática
- Química
- Sociologia

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE I		
CARGA HORÁRIA:	68h	ANO: 1º ANO
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio		
OBJETOS DE APRENDIZAGEM Introdução à história, produção artística e leitura da Arte universal, com ênfase em suas múltiplas linguagens, expressões artísticas e suas especificidades: artes visuais, dança, música, teatro e audiovisual, considerando os aspectos socioeconômicos e estéticos de cada período histórico. Valorização do fazer e do fruir arte como forma de conhecer o mundo. Análise crítica da arte contemporânea em suas várias vertentes e desdobramentos.		
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EM13LGG101 - EM13LGG102 - EM13LGG103 - EM13LGG105 - EM13LGG202 - EM13LGG203 - EM13LGG301 - EM13LGG602 - EM13LGG604 - EM13LGG701		
BIBLIOGRAFIA 1. CANDÉ, Roland. História Universal da Música. São Paulo: Martins Fontes, 1994 2. BENNETT, Roy. Uma Breve História da Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986 3. MIGLIORIN, Cezar. Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos. Niterói: UFF, 2016 4. PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2014 5. BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000 6. Livros do PNLD.		

COMPONENTE CURRICULAR: ARTE II		
CARGA HORÁRIA:	68h	ANO: 2º ANO



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio
OBJETOS DE APRENDIZAGEM Introdução à história, produção artística e leitura da Arte brasileira, com ênfase em suas múltiplas linguagens, expressões artísticas e suas especificidades: artes visuais, dança, música, teatro e audiovisual, considerando os aspectos socioeconômicos e estéticos de cada período histórico. Estudo das heranças artísticas das matrizes formadoras da identidade e cultura brasileira. Valorização do fazer e do fruir arte como forma de conhecer o mundo. Análise crítica da arte contemporânea em suas várias vertentes e desdobramentos.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EM13LGG101 - EM13LGG202 - EM13LGG303 - EM13LGG502 - EM13LGG601 - EM13LGG602 - EM13LGG603 - EM13LGG604
BIBLIOGRAFIA 1. TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo: Ed. 34, 1998. 2. SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade. São Paulo, Editora 34, 2008. 3. PRADO, Décio. História Concisa do Teatro Brasileiro. São Paulo: USP, 1999 4. FRESQUET, Adriana. Currículo de Cinema para Escolas de Educação Básica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 5. RIBEIRO, Myriam. História da Arte no Brasil: Textos de síntese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 6. CONDURU, Roberto Arte Afro Brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2007 7. Livros do PNLD.

COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA I	
CARGA HORÁRIA: 68h	ANO (S): 1º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • A Biologia enquanto ciência • Origem da vida e processos evolutivos • Organização celular e biomolecular dos seres vivos • Reprodução e fases da vida humana	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) Competência 1 - Competência 2 - Competência 2 - EM13CNT101 - EM13CNT103 - EM13CNT201 - EM13CNT301 - EM13CNT303	
BIBLIOGRAFIA: • CAMPBELL N.A., REECE J. B. Biologia. 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010. • GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. • PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIAN, G; H.; SADAVA, D.; HELLER, H. C. Vida – A Ciência da Biologia – Volume II 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009.	

COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA II



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

CARGA HORÁRIA: 68h	ANO (S): 2º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Especiação e extinção • Biodiversidade • Comportamento, organização e interação entre os seres vivos • Ciclagem da matéria e fluxo de energia nos ecossistemas • Mudanças climáticas e sustentabilidade	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT105 - EM13CNT201 - EM13CNT202 - EM13CNT203 - EM13CNT206 - EM13CNT302 - EM13CNT309	
BIBLIOGRAFIA: CAMPBELL N.A., REECE J. B. Biologia. 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010. GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIAN, G; H.; SADAVA, D.; HELLER, H. C. Vida – A Ciência da Biologia – Volume II 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009. RICKEFS, R. A Economia da Natureza. 6ª Edição. Editora Guanabara Koogan. 2010.	

COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA III	
CARGA HORÁRIA: 68h	ANO (S): 3º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Evolução humana • Genética e Hereditariedade • Engenharia genética e Bioética • Ambiente, saúde e qualidade de vida	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT205 - EM13CNT207 - EM13CNT208 - EM13CNT304 - EM13CNT305 - EM13CNT306 - EM13CNT310	
BIBLIOGRAFIA: CAMPBELL N.A., REECE J. B. Biologia. 8ª Ed. Artmed, São Paulo, 2010. GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. GRIFFITHS, Anthony J. F. Introdução à genética	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

PURVES, W. K.; HILLIS, D. M.; ORIAN, G. H.; SADAVA, D.; HELLER, H. C.
Vida – A Ciência da Biologia – Volume II 8ª ed. Artmed – São Paulo, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA I

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 1º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Conhecimento do Corpo. Corpo-Linguagem/Corpo-Expressão. Os Jogos e os Movimentos individuais e Coletivos. Os Jogos Esportivos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG301 - EM13LGG501 - EM13LGG502 - EM13LGG503

BIBLIOGRAFIA

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya; JÚNIOR, Osmar. Para ensinar educação física. Possibilidades de Intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene (Org.). Educação Física na Escola. Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. 3. ed. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

KUNZ, Elenor (Org.). Didática da educação física 1. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 1998.

KUNZ, Elenor (Org.). Didática da educação física 2. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2001.

SACRISTÁN, Gimeno J. Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA II

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 2º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos integrado ao Ensino Médio

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Conhecimento do Corpo. Corpo-Linguagem/Corpo-Expressão. Os Jogos e os Movimentos individuais e Coletivos. Os Jogos Esportivos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG301 - EM13LGG501 - EM13LGG502 - EM13LGG503 - EM13LGG602 - EM13LGG603

BIBLIOGRAFIA

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya; JÚNIOR, Osmar. Para ensinar educação física. Possibilidades de Intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene (Org.). Educação Física na Escola. Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. 3. ed. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

KUNZ, Elenor (Org.). Didática da educação física 1. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 1998.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

KUNZ, Elenor (Org.). Didática da educação física 2. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2001.
SACRISTÁN, Gimeno J. Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA I

CARGA HORÁRIA:

ANO: 1º ANO

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Introdução à filosofia

Antropologia filosófica: cultura e formação humana, signos e linguagens, crenças.

Mitologias: narrativas de origem, ordem e caos, pluriperspectivismo.

Conhecimento científico: ciência e senso comum, o universal e o particular, natureza e técnica.

Lógica: processos inferenciais, validade formal, falácias.

Metafísica: aparência e essência, o sensível e o inteligível, matéria e forma.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS104 - EM13CHS105 -
EM13CHS106 - EM13CHS401 - EM13CNT201 - EM13CNT303

BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DESCARTES, René. Regras para a orientação do espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura; tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HADOT, Pierre. Elogio da filosofia antiga. São Paulo: Loyola, 2012.

JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 2011.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MARÍAS, Julián. História da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. O que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

COMPONENTE CURRICULAR: FILOSOFIA II

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO: 3º ANO

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Ética: o agir humano, a liberdade, emoções, violência, razão prática.

Estética: o belo, o gosto, a indústria cultural.

Filosofia Política: poder, democracia, cidadania, direitos, Estado.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS202 - EM13CHS303 - EM13CHS501 - EM13CHS502 - EM13CHS503 - EM13CHS504 - EM13CHS601 - EM13CHS603 - EM13CHS605

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DESCARTES, René. Regras para a orientação do espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 2011.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura; tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARÍAS, Julián. História da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PECORARO, R. (org.). Os filósofos: clássicos da filosofia v. 3. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

RUSH, Fred (org.). Teoria crítica. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA I	
CARGA HORÁRIA: 102h	ANO (S): 1º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Introdução à Física: A Física e o Método Científico. • Cinemática escalar: Partícula; referencial; velocidade; aceleração; Movimento Uniforme e Uniformemente Variado. • Cinemática Vetorial. • Dinâmica: Forças; leis de Newton e suas aplicações. • Energia: Trabalho; Potência e Energia Mecânica. • Leis de Conservação: Energia e Momento. • Gravitação. • Mecânica dos Fluidos.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT101 - EM13CNT301 - EM13CNT306 - EM13CNT204	
BIBLIOGRAFIA: GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020. PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico. Vol. 1. São Paulo: FTD, 2013. GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. Tópicos de Física. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2007.	

COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA II	
CARGA HORÁRIA: 68h	ANO (S): 2º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Termodinâmica: Temperatura e calor; Termometria; dilatação térmica; Calorimetria; gases ideais; leis da Termodinâmica e máquinas térmicas. • Óptica Geométrica: Propriedades da luz; espelhos e lentes delgadas; o olho humano. • Ondulatória: Movimento Harmônico Simples (MHS); ondas mecânicas e eletromagnéticas; movimento ondulatório; propriedades das ondas; interferência e difração; ondas sonoras, suas propriedades e aplicações.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT301 - EM13CNT302 - EM13CNT101 - EM13CNT204 - EM13CNT309 - EM13CNT206 - EM13CNT306 - EM13CNT307 - EM13CNT205 - EM13CNT207	
BIBLIOGRAFIA: GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2013.
GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. Tópicos de Física. Vol.2. São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA III

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 3º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

- Eletrostática: Carga elétrica; eletrização; força elétrica e campo elétrico; potencial elétrico; condutores em equilíbrio eletrostático; capacitores.
- Eletrodinâmica: Corrente elétrica; resistência e resistividade; associação de resistores; circuitos elétricos; geradores e receptores.
- Magnetismo e Eletromagnetismo: ímãs e campo magnético; força magnética; fontes de campo magnético; indução eletromagnética.
- Física Moderna: Teoria da Relatividade; introdução às ideias da Mecânica Quântica.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC):

Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT301 - EM13CNT203 - EM13CNT308 - EM13CNT302 - EM13CNT309 - EM13CNT307 - EM13CNT204 - EM13CNT106 - EM13CNT201 - EM13CNT303

BIBLIOGRAFIA:

GODOY, L.; DELL' AGNOLO; R. M.; MELO, W. C. Multiversos Ciências da Natureza. Vol. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. São Paulo: FTD, 2020.
PIETROCOLA, M.; POGIBIN, A.; ANDRADE, R.; ROMERO, T. R. Física – Conceitos e Contextos: Pessoal, Social, Histórico. Vol. 3. São Paulo: FTD, 2013.
GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, R. D. Tópicos de Física. Vol.3. São Paulo: Saraiva, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA I

CARGA HORÁRIA:

136 horas

ANO (S):

1ºano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Geopolítica:

- Fim da Segunda Guerra Mundial e a reconfiguração da geopolítica global
- O papel dos principais atores e organizações que atuam no cenário internacional contemporâneo
- Conflitos na ordem mundial atual
- Geopolítica energética:
 - Fontes de energia
 - A matriz energética mundial e brasileira
 - Segurança energética e relações de poder entre as nações a partir da produção e



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

comercialização energética

- Cartografia e geopolítica

2º Trimestre – O ESPAÇO INDUSTRIAL

- O desenvolvimento do capitalismo e as revoluções industriais

- A Divisão Internacional do Trabalho e suas mudanças

- Fatores de localização industrial e a distribuição espacial da indústria

- Modelos de industrialização

- Flexibilização dos processos produtivos

- Organização do território e industrialização brasileira

3º Trimestre – GLOBALIZAÇÃO

- A formação do meio técnico-científico-informacional

- Redes de transporte e comunicação no mundo globalizado

- Efeitos da Globalização para o capital financeiro e o mundo do trabalho

- Blocos econômicos e os diferentes tipos de integração regional

- Fóruns de discussão e cooperação econômica

- A inserção do Brasil nas redes globalizadas

- Globalização e meio ambiente

• A globalização da agenda ambiental

• As políticas ambientais no Brasil

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS106 - EM13CHS201 -

EM13CHS202 - EM13CHS203 - EM13CHS204 - EM13CHS205 - EM13CHS206 -

EM13CHS304 - EM13CHS305 - EM13CHS401 - EM13CHS403 - EM13CHS404 -

EM13CHS603 - EM13CHS604 - EM13CHS605 - EM13CHS606

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de análise e instituições. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Blocos internacionais de poder. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

HAESBAERT, Rogério. (org.) Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: EdUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. A industrialização brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATOS, Ralfo e SOARES, Weber. Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENE, EUSTAQUIO DE. Globalização e espaço geográfico. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Ed. Alfa-



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Omega, 1995
VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA II		
CARGA HORÁRIA:	136 horas	ANO (S): 2º ano
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos		
OBJETOS DE APRENDIZAGEM		
1º Trimestre: O ESPAÇO URBANO		
• Critério de definição de cidades • Urbanização de países centrais e periféricos: causas e diferenças - Urbanização e Metropolização: • Conurbação e tipos de aglomerações urbanas • Os processos de formação das metrópoles, megalópoles, desmetropolização, cidades globais e megacidades • Urbanização brasileira - Rede e Hierarquia urbana - Organização interna das cidades • Centralização • Segregação socioespacial, favelização e gentrificação • Agentes modeladores do espaço urbano • Sítio urbano e paisagem urbana - Problemas socioambientais urbanos e direito à cidade - Planejamento urbano • Políticas de planejamento urbano • Estatuto da Cidade e dos planos diretores		
2º Trimestre: O ESPAÇO RURAL		
- Espaço rural e modernização da agricultura • Definição de espaço rural • Modernização da agricultura • Revolução Verde - Cadeias produtivas • Complexo agroindustrial • Agronegócio • Transportes, logística e comércio internacional de alimentos - Sistemas e técnicas agrícolas e de pecuária • Sistemas intensivos X extensivos		



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

- Caracterização e espacialização de diferentes sistemas agrícolas no mundo
- Técnicas modernas da agricultura
- Impactos ambientais, técnicas mitigadoras e sistemas agrícolas sustentáveis
- Espaço rural brasileiro
- Caracterização e espacialização dos principais cultivos e sistemas agrícolas
- Expansão da Fronteira agrícola e escoamento da produção
- Estrutura fundiária
- Principais atores e relações de trabalho
- Conflito e movimentos sociais no campo
- Reforma agrária
- As novas ruralidades
- 3º Trimestre: DINÂMICA POPULACIONAL
- Estrutura etária da população e o processo de transição demográfica
- Teorias populacionais
- Indicadores sociodemográficos
- População economicamente ativa e mercado de trabalho
- Estudos de caso no Brasil e no mundo: a questão previdenciária, políticas demográficas, diversidade étnico-cultural da população
- Formação da população brasileira: matriz étnica brasileira e desigualdades étnico-raciais
- Movimentos migratórios no Brasil e no mundo
- Definição dos tipos de migração
- Fatores de atração e repulsão
- Evolução histórica dos padrões mundiais das migrações internacionais
- Histórico das migrações internacionais para o Brasil
- Evolução histórica dos padrões de migração interna no Brasil
- Desafios dos deslocamentos populacionais no século XXI: refugiados e deslocados; muros e barreiras – racismo e xenofobia; questões ambientais, guerras, conflitos e perseguições; a migração de cérebros; políticas de acolhimento e integração de pessoas migrantes e refugiadas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS105 - EM13CHS106 -
EM13CHS201 - EM13CHS202 - EM13CHS203 - EM13CHS204 - EM13CHS205 -
EM13CHS206 - EM13CHS301 - EM13CHS302 - EM13CHS304 - EM13CHS305 -
EM13CHS306 - EM13CHS401 - EM13CHS402 - EM13CHS502 - EM13CHS503 -
EM13CHS601 - EM13CHS605 - EM13CHS606

BIBLIOGRAFIA

CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. A rede urbana. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DORA, Martins; VANALLI, Sônia. Migração. São Paulo: Contexto, 2004.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Lisboa: Documentos, 1978.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

MOREIRA, Ruy. A formação do espaço agrário. Brasiliense, São Paulo, s.d.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das Lutas no Campo. 11ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.
SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
SOUZA, Marcelo Lopes de; O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
STEDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 2006.
VALVERDE, Orlando. Geografia Agrária do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA I

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 1º ANO

CURSO(S): Ensino Médio Integrado aos Cursos Técnicos de Automação Industrial, Manutenção Automotiva, Segurança do Trabalho

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

. Brasil Colônia (1500-1822)

- Expansão Marítima europeia e a chegada nas Américas
- Os povos originários no Brasil
- O processo colonial no Brasil – séculos XVI e XVII: etnocentrismos e choque cultural
- A escravidão indígena e africana
- Zumbi de Palmares e os movimentos de luta contra a escravidão
- O processo de mineração do século XVIII e a Guerra dos Emboabas
- Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798)
- O período Joanino: a fuga da família real portuguesa, as mudanças no Rio de Janeiro e no Brasil a partir de 1808
- A Elevação do Brasil à Reino Unido de Portugal e Algarves (1815), a Revolução Pernambucana (1817) e a Revolução do Porto (1820)
- O processo de independência do Brasil (1822)

. Brasil Império (1822-1889)

- Primeiro Reinado (1822-1831)

- A constituição de 1824 e seus efeitos
- A Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina
- As disputas políticas e a centralização do poder de D. Pedro I: questões com o federalismo



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

- A morte de D. João VI, as disputas pela coroa portuguesa e a ida de D. Pedro I para Portugal
- Período Regencial (1831-1840)
- O estabelecimento das regências e suas fases (Regência Uma Provisória, Uma Permanente e Trina)
- A importância de Antônio Feijó e suas relações com as lideranças das províncias
- As revoltas do período regencial:
 - Revolta do Malês (1835, Bahia)*
 - Sabinada (1837-1838, Bahia)*
 - Cabanagem (1835-1840, Grão-Pará)*
 - Balaçada (1838-1841, Maranhão)*
 - Farroupilha (1835-1845, Rio Grande do Sul)*
- O “Golpe da Maioridade” de D. Pedro II e o início do segundo reinado em 1840
- Segundo Reinado (1822-1831)
- A políticas: Liberais x Conservadores
- O Café: do Vale do Paraíba ao oeste paulista
- A Era Mauá e o desenvolvimento das ferrovias
- Modernidade e a expansão das cidades na segunda metade do século XIX
- Nacionalismo e a formação identitária brasileira: narrativas
- A Guerra do Paraguai e seus efeitos
- Crise do Império: questões abolicionista, religiosa e militar
- Abolicionismo: leis e movimentos até a Lei Áurea (1888)
- Proclamação da República e fim do Império em 1889

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS104 - EM13CHS105 -
EM13CHS106 - EM13CHS203 - EM13CHS204 - EM13CHS401

BIBLIOGRAFIA

- BOXER, Charles. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CALAINHO, Daniela. **Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru: EDUSC, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2017.
- NEVES, Lúcia. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **E o Vale era o escravo**. Vassouras - século XIX. Senhores e escravos no Coração do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Nostalgia imperial**. Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Companhia, 1995.
- _____. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo; [NEVES, Lúcia](#) (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino**. Rio de Janeiro:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Objetiva, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA II

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 2º ANO

CURSO(S): Ensino Médio Integrado aos Cursos Técnicos de Automação Industrial, Manutenção Automotiva, Segurança do Trabalho

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

. Primeira República no Brasil (1889-1930)

A República da Espada (1889-1894)

- Governos Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894)
- A constituição de 1891
- Política do Encilhamento e seus efeitos
- Positivismo, racismo e política do branqueamento
- Revoltas da Armada
- Revolução Federalista

A República Oligárquica (1894-1930)

- Política dos Governadores e Política do Café-com-leite
- Coronelismo, voto de cabresto e a ausência de liberdade e democracia
- Belle Époque e seus efeitos urbanísticos, estéticos e sociais no Brasil
- Modernidade, nacionalismo e identidade no início do século XX
- Revoltas do período oligárquico: Guerra de Canudos, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Guerra do Contestado, Revolta do 18 do Forte, entre outras
- A Semana de Arte Moderna e os festejos do Centenário da Independência (1922)
- O movimento tenentista dos anos 1920
- A Coluna Prestes
- A Revolução de 1930 e a entrada de Vargas no poder

. Era Vargas (1930-1945)

Governo Provisório (1930-1934)

Governo Constitucional (1934-1937)

Ditadura do Estado Novo (1937-1945)

. Período Nacional Desenvolvimentista (1945-1964)

Governo Dutra (1946-1951), Segundo Governo Vargas (1951-1954), Governo JK (1955-1960), Governo Jânio Quadros (1960) e Governo Jango (1961-1964)

. Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Governo Castelo Branco (1964-1967), Governo Costa e Silva (1967-1969), Governo Médici (1969-1974), Governo Geisel (1974-1979) e Governo Figueiredo (1979-1985)

. Nova República (desde 1985)



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Governo Sarney (1985-1990), Governo Collor (1990-1992), Governo Itamar Franco (1992-1994), Governo FHC (1995-2002), Governo Lula (2003-2010), Governo Dilma (2011-2016), Governo Temer (2016-2018) e Governo Bolsonaro (2018-2022)

- Compreender as origens da formação social brasileira;
- Identificar a pluralidade étnica que compõe a sociedade brasileira;
- Interpretar os processos históricos em articulação com os sujeitos sociais;
- Caracterizar o lugar do Brasil na formação do Mundo Contemporâneo;
- Apreender as diversas formas de manifestações culturais e suas demais representações articuladas ao processo histórico-social;
- Compreender os diversos processos de sociais de organização das manifestações ideológicas que constituem a cultura política brasileira colonial;
- Avaliar as formas de constituição da riqueza e os excedentes da produção ao longo do tempo na constituição da história do Brasil;
- Desenvolver a compreensão crítica sobre a organização da sociedade brasileira;

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS204 - EM13CHS205 -
EM13CHS401 - EM13CHS402 - EM13CHS403 - EM13CHS404 - EM13CHS501 -
EM13CHS502 - EM13CHS503 - EM13CHS504 - EM13CHS601 - EM13CHS602 -
EM13CHS603 - EM13CHS604 - EM13CHS605

BIBLIOGRAFIA

- BOXER, Charles. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- [FERREIRA, Jorge](#); CARLONI, Karla. G. (Org.) . **A República no Brasil** - trajetórias de vida na ditadura e na democracia. 1. ed. Niteroi: EDUFF, 2019.
- [FERREIRA, Jorge](#); DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República**. Da transição democrática à crise política e 2016. Quinta República (1985-2016). Coleção O Brasil Republicano, vol. 5).. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **O tempo do liberalismo oligárquico**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano, vol. 2.. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **O tempo do regime autoritário**. Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Coleção O Brasil Republicano, vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- _____. **O tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, vol. 3.. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- _____. **O tempo do nacional-estatismo**. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945) (Coleção O Brasil Republicano, vol. 2). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- [FERREIRA, Jorge](#); REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**. A formação das tradições (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Brasileira, 2007.

_____. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUADRAT, Samantha.; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS I

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO: 1º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

1. **Compreensão/Produção escrita 1:** a) contexto; b) conhecimento prévio; c) estratégias de leitura (skimming, scanning, reading for specific information, inferência); d) cognatos; e) elementos não-verbais; f) gêneros discursivos; g) gêneros textuais; h) estrutura composicional dos gêneros textuais (layout); i) referências pronominais, sintagmáticas, catafóricas e anafóricas; j) leitura e análise crítica de textos e imagens; k) estratégias de tradução; l) escrita de currículo e biodata.

2. **Desenvolvimento de vocabulário 1:** a) campo semântico; b) sintagmas nominais e outros grupos lexicais; c) marcadores discursivos; d) processos de formação de palavras (prefixação e sufixação); e) tradução de sintagmas nominais e outros grupos lexicais; f) verbos de ação, estado e pensamento.

3. **Sintaxe 1:** a) tempos e aspectos verbais (Present, Past e Future – Simple, Continuous e Perfect); b) pronomes (Personal, Possessive Adjectives, Demonstrative, Object, Relative); c) genitivos; d) artigos.

4. **Compreensão/Produção oral 1:** apresentação profissional; apresentação pessoal; biodata.

5. **Práticas de letramento:** a) multiletramentos; b) multimodalidade; c) letramento crítico; d) tema e rema (introdução ao estudo dos efeitos de sentido).

6. **Gêneros discursivos/textuais:** a) entrevista de emprego; b) currículo; c) biodata.

7. **Atravessamentos:** a) interações interdisciplinares com as áreas de formação técnica; b) a influência da língua inglesa na sociedade brasileira; c) ideologias linguísticas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG101 - EM13LGG102 - EM13LGG103 - EM13LGG104 - EM13LGG105 - EM13LGG201 - EM13LGG202 - EM13LGG203 - EM13LGG204 - EM13LGG301 - EM13LGG302 - EM13LGG303 - EM13LGG304 - EM13LGG305 - EM13LGG401 - EM13LGG402 - EM13LGG403 - EM13LGG701 - EM13LGG702 - EM13LGG703 - EM13LGG704



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Mikhail Bakhtin; organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].
- EVANS, T; ST JOHN, M. *Developments in English for Specific Purposes. A multi-disciplinary approach*. UK: Cambridge University Press, 2008.
- HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, M.I.M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4a edição. London and New York: Routledge, 2014.
- MULICO, L. V. Learning from the subaltern: what does Maria Lindalva teach us about hegemonic-common-sense-ideology and text selection for English language learning materials. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, n. 59, v. 1, p. 129-150, jan./abr. 2020.
- VINCE, M. *Elementary language practice*. Oxford: Macmillan, 1999.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional*. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, 2014.
- MURPHY, R. *English Grammar in Use*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
- MULICO, L. V. O ensino transgressivo da língua inglesa em uma escola técnica de nível médio: usos e reflexões de um professor-escritor sobre sua unidade didática para o letramento crítico/ Leslie Vieira Mulico. – Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGILA, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/124zhczz99-x4rrWRpFubCn346UyLoCV0/view>. Acesso: 25 jun. 2020.
- MULICO, L. V.; MAIA, J. Descoleções e remixes na aprendizagem de língua inglesa: um estudo de caso em uma escola pública. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 2. Campinas: IEL/UNICAMP, 2016, p. 319-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v55n2/0103-1813-tla-55-02-00319.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- SWAN, M. *Practical English Usage*. Oxford University Press, Oxford, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS II

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO: 2º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

- 1. Compreensão/Produção escrita 2:** a) implicaturas; b) falsos cognatos; c) intertextualidade (paródia, paráfrase, citação, alusão); g) gêneros do discurso: j) gêneros textuais; k) referências pronominais e sintagmáticas, exofóricas; l) leitura e análise crítica de textos, inclusive multimodais; m) multiletramentos e multimodalidade; figuras de linguagem (sarcasmo, ironia, metáfora, metonímia, aliteração).
- 2. Desenvolvimento de vocabulário 2:** a) correlação semântica (hiperônimos, hipônimos e merônimos); b) sintagmas e paradigmas lexicais; c) marcadores discursivos; d) processos de formação de palavras (prefixação, sufixação e justaposição); e) tradução de sintagmas e outros grupos lexicais; f) verbos de ação, estado, pensamento.
- 3. Sintaxe 2:** a) tempos e aspectos verbais (Present, Past e Future – Simple, Continuous e Perfect); b) modalização/modulação (epistêmica/deôntica); c) comparativos e



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

superlativos; d) preposições; e) coordenação e subordinação.
4. **Compreensão/Produção oral 2:** a) ritmo fônico; b) retórica do confronto de ideias; c) implicatura das entoações; figuras de linguagem (sarcasmo, ironia, metáfora, metonímia, aliteração); interdiscursividade (paródia, paráfrase, citação, alusão).
5. **Práticas de letramento:** a) multiletramentos; b) multimodalidade; c) letramento crítico; d) tema e rema (efeitos de sentido em frases coordenadas e subordinadas).
6. **Gêneros discursivos/textuais:** a) texto argumentativo; b) debate; c) relatório.
7. **Atravessamentos:** a) interações interdisciplinares com as áreas de formação técnica; b) a influência da língua inglesa no mundo globalizado; c) ideologias linguísticas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG101 - EM13LGG102 - EM13LGG103 - EM13LGG104 - EM13LGG105 -
EM13LGG201 - EM13LGG202 - EM13LGG203 - EM13LGG204 - EM13LGG301 -
EM13LGG302 - EM13LGG303 - EM13LGG304 - EM13LGG305 - EM13LGG401 -
EM13LGG402 - EM13LGG403 - EM13LGG701 - EM13LGG702 - EM13LGG703 -
EM13LGG704

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Mikhail Bakhtin; organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].
EVANS, T; ST JOHN, M. *Developments in English for Specific Purposes*. A multi-disciplinary approach. UK: Cambridge University Press, 2008.
HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, M.I.M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4a edição. London and New York: Routledge, 2014.
MULICO, L. V. Learning from the subaltern: what does Maria Lindalva teach us about hegemonic-common-sense-ideology and text selection for English language learning materials. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, n. 59, v. 1, p. 129-150, jan./abr. 2020.
VINCE, M. *Elementary language practice*. Oxford: Macmillan, 1999.
FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional*. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, 2014.
MURPHY, R. *English Grammar in Use*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
MULICO, L. V. O ensino transgressivo da língua inglesa em uma escola técnica de nível médio: usos e reflexões de um professor-escritor sobre sua unidade didática para o letramento crítico/ Leslie Vieira Mulico. – Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGILA, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/124zhczz99-x4rrWRpFubCn346UyLoCV0/view>. Acesso: 25 jun. 2020.
MULICO, L. V.; MAIA, J. Descoleções e remixes na aprendizagem de língua inglesa: um estudo de caso em uma escola pública. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 2. Campinas: IEL/UNICAMP, 2016, p. 319-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v55n2/0103-1813-tla-55-02-00319.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.
SWAN, M. *Practical English Usage*. Oxford University Press, Oxford, 2003.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

CARGA HORÁRIA: 136h	ANO (S): 1º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM 1- Língua e linguagem; Signo Linguístico; Linguagem verbal e não-verbal. 2- O Português no/do Brasil: unidade e diversidade linguística; Norma, variação linguística (diastrática, diatópica, diafásica) e preconceito linguístico; especificidades da escrita e da oralidade. 3- Texto e elementos da textualidade; coesão e coerência; intertextualidade (paráfrase, paródia, citação; alusão). 4- Ambiguidade; ironia e humor. 5- Gênero textual x tipo textual. 6- Gêneros textuais na internet: e-mail; blog; post (entre outros). 7- Arte e Literatura; Agentes da produção artística; noções de representação. 8- Texto literário x não literário; funções do texto literário; Linguagem literária; denotação e conotação. 9- Gêneros literários: o lírico, o épico, o narrativo e o dramático; Divisão tripartida de Aristóteles e suas limitações. 10- Conto. 11- Crônica. A crônica entre o literário e não literário. 12- Estilos Literários (noção de periodização literária). 13- Origens da Literatura em língua Portuguesa; Trovadorismo; Humanismo português; Classicismo. 14- Literatura de Viagens e o projeto colonial português. A carta de Caminha e a representação do indígena. O descobrimento na visão dos modernistas brasileiros. A paródia em Oswald de Andrade. 15 – Literatura indígena 16- Literatura de catequese. Padre José Anchieta: poemas e autos de persuasão. 17 - Argumentação e persuasão. Eficácia e falácia argumentativas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EM13LGG101 - EM13LGG102 - EM13LGG103 - EM13LGG104 - EM13LGG105 - EM13LGG201 - EM13LGG202 - EM13LGG203 - EM13LGG204 - EM13LGG301 - EM13LGG302 - EM13LGG303 - EM13LGG304 - EM13LGG305 - EM13LP01 - EM13LP02 - EM13LGG401 - EM13LGG402 - EM13LGG701 - EM13LGG702 - EM13LGG703 - EM13LGG704 - EM13LP01 - EM13LP02 - EM13LP03 - EM13LP04 - EM13LP05 - EM13LP06 - EM13LP07 - EM13LP09 - EM13LP10 - EM13LP11 - EM13LP12 - EM13LP13 - EM13LP14 - EM13LP15 - EM13LP16 - EM13LP17 - EM13LP18 - EM13LP19 - EM13LP20 - EM13LP21 - EM13LP23 - EM13LP24 - EM13LP25 - EM13LP26 - EM13LP27 - EM13LP28 - EM13LP29 - EM13LP30 - EM13LP31 - EM13LP32 - EM13LP33 - EM13LP34 - EM13LP35 - EM13LP36 - EM13LP37 - EM13LP38 - EM13LP39 - EM13LP40 - EM13LP41 - EM13LP42 - EM13LP43 - EM13LP44 - EM13LP45 - EM13LP46 - EM13LP47 - EM13LP48 - EM13LP49 - EM13LP50 - EM13LP51 - EM13LP52 - EM13LP53 - EM13LP54	
BIBLIOGRAFIA AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). <i>Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. BAGNO, Marcos. <i>Preconceito Linguístico: o que é, como se faz</i> . São Paulo: Edições Loyola, 1999. BOSI, Alfredo. <i>História concisa da Literatura Brasileira</i> . São Paulo: Cultrix, 2008. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa</i> . Brasília: MEC, 1998. BRASIL. <i>Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica</i> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA II

CARGA HORÁRIA: 136h

ANO (S): 2º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

1 - O discurso eurocêntrico sobre os afro-brasileiros em Padre Vieira e Gregório de Matos. Charges e poemas satíricos. Argumentação e persuasão no Barroco brasileiro. Contraponto contemporâneo. 2 - Ciência x razão – princípios para a explicação do mundo. Iluminismo e Arcadismo. Idealização da vida no campo. Arcadismo brasileiro e engajamento político. Igualdade, liberdade e busca da felicidade: juventude e inconfiabilidade mineira: poetas árcades. 3- Romantismo: o projeto literário. Romantismo no Brasil: o projeto de construção da nacionalidade, a idealização do índio e da pátria, a poesia social. O romance urbano, o romance indianista e o regionalista. 4- Realismo e Naturalismo. O ideal do cientificismo. Machado de Assis e a análise crítica da sociedade brasileira (contos e romances). 5- Parnasianismo e Simbolismo: articulações entre o sujeito e o outro; aspectos poéticos de uso da linguagem. 6- Articulações entre análise morfosintática das classes gramaticais e aspectos semânticos em diferentes gêneros textuais. Relações entre classes gramaticais, aspectos coesivos e efeitos de sentido. 8 - Pré-modernismo: tradição e rupturas. 9 - As Vanguardas Europeias e a oposição ao pensamento racionalista no campo das diferentes linguagens. 10- Da Semana de 22 ao Romance de 30: inovações, misticismo e consciência social no Modernismo Brasileiro. 11- Manifesto, carta e artigo de opinião: estratégias argumentativas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG101 - EM13LGG102 - EM13LGG103 - EM13LGG104 - EM13LGG105 -
EM13LGG201 - EM13LGG202 - EM13LGG203 - EM13LGG204 - EM13LGG301 -
EM13LGG302 - EM13LGG303 - EM13LGG304 - EM13LGG305 -
EM13LP01 - EM13LP02 - EM13LGG401 - EM13LGG402 - EM13LGG701 -



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

EM13LGG702 - EM13LGG703 - EM13LGG704 - EM13LP01 - EM13LP02 - EM13LP03 - EM13LP04 - EM13LP05 - EM13LP06 - EM13LP07 - EM13LP11 - EM13LP12 - EM13LP13 - EM13LP14 - EM13LP15 - EM13LP16 - EM13LP17 - EM13LP18 - EM13LP19 - EM13LP20 - EM13LP21 - EM13LP23 - EM13LP24 - EM13LP25 - EM13LP26 - EM13LP27 - EM13LP28 - EM13LP29 - EM13LP30 - EM13LP31 - EM13LP32 - EM13LP33 - EM13LP34 - EM13LP35 - EM13LP42 - EM13LP45 - EM13LP46 - EM13LP47 - EM13LP48 - EM13LP49 - EM13LP50 - EM13LP51 - EM13LP52 - EM13LP53 - EM13LP54

BIBLIOGRAFIA

AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). *Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA III

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 3º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

1. Argumentação na redação do ENEM. 2. A estruturação do período. Pontuação. 3. Gêneros discursivos relacionados ao mundo do trabalho: curriculum vitae / relatório. 4. Poesia da Geração de 45 e Concretismo. 5. A prosa pós-moderna. 6. Movimentos



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

artísticos das décadas de 1950-1970: Bossa Nova, Cinema Novo, Tropicalismo e outros.
7. Tendências contemporâneas em prosa e em poesia. 8. Literaturas africanas de expressão portuguesa.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13LGG101; EM13LGG102; EM13LGG103; EM13LGG104; EM13LGG105;
EM13LGG201; EM13LGG202; EM13LGG203; EM13LGG204; EM13LGG301;
EM13LGG302; EM13LGG303; EM13LGG304; EM13LGG305; EM13LP01;
EM13LP02; EM13LGG401; EM13LGG402; EM13LGG701; EM13LGG702;
EM13LGG703; EM13LGG704; EM13LP01; EM13LP02; EM13LP03; EM13LP04;
EM13LP05; EM13LP06; EM13LP07; EM13LP08; EM13LP11; EM13LP12;
EM13LP13; EM13LP14; EM13LP15; EM13LP16; EM13LP17; EM13LP18;
EM13LP19; EM13LP20; EM13LP21; EM13LP22; EM13LP23; EM13LP24;
EM13LP25; EM13LP26; EM13LP27; EM13LP28; EM13LP29; EM13LP30;
EM13LP31; EM13LP32; EM13LP33; EM13LP34; EM13LP35; EM13LP42;
EM13LP45; EM13LP46; EM13LP47; EM13LP48; EM13LP49; EM13LP50;
EM13LP51; EM13LP52; EM13LP53; EM13LP54

BIBLIOGRAFIA

AMÂNCIO, Íris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos (org.). *Literaturas Africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 1. *Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KOCH, Ingedore. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA I	
CARGA HORÁRIA: 136h	ANO (S): 1º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Conjuntos • Função • Função Afim • Função Quadrática • Função Exponencial • Função Logarítmica • Progressão Aritmética • Progressão Geométrica • Matemática Financeira	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): EM13MAT103 - EM13MAT302 - EM13MAT314 - EM13MAT401 - EM13MAT403 - EM13MAT501 - EM13MAT402 - EM13MAT502 - EM13MAT503 - EM13MAT507 - EM13MAT508	
BIBLIOGRAFIA: IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: coleção. 7.ed. São Paulo: Atual, 2004. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011. GIOVANNI, José Ruy. BONJORNIO, José Roberto. Matemática: uma nova abordagem. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2010. IEZZI, Gelson. et.al. Matemática: ciência e aplicações. 5.ed. São Paulo: Atual, 2010. SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. Matemática aula por aula: ensino médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005.	

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA II	
CARGA HORÁRIA: 102h	ANO (S): 2º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Matrizes e Determinantes; • Áreas de figuras planas; • Poliedros; • Prismas; • Cilindros; • Pirâmides; • Cones; • Esferas	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): EM13MAT102 - EM13MAT103 - EM13MAT203 - EM13MAT105 - EM13MAT201 - EM13MAT307 - EM13MAT309 - EM13MAT504 - EM13MAT501	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

BIBLIOGRAFIA:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: coleção. 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011.
GIOVANNI, José Ruy. BONJORNIO, José Roberto. Matemática: uma nova abordagem. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2010. IEZZI, Gelson. et.al. Matemática: ciência e aplicações. 5.ed. São Paulo: Atual, 2010.
SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. Matemática aula por aula: ensino médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA III

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 3º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

- Geometria analítica: Plano cartesiano, ponto médio, Distância entre pontos, Área de triângulo e polígonos, Retas, Circunferência
- Análise Combinatória: Princípio da contagem, permutação, Combinação
- Probabilidade
- Estatística

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC):

EM13MAT102 - EM13MAT104 - EM13MAT203 - EM13MAT310 - EM13MAT315 - EM13MAT106 - EM13MAT202 - EM13MAT311 - EM13MAT316 - EM13MAT406 - EM13MAT407

BIBLIOGRAFIA:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: coleção. 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Coleção Ensino Médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: Ática, 2011.
GIOVANNI, José Ruy. BONJORNIO, José Roberto. Matemática: uma nova abordagem. 1, 2, 3 .ed. São Paulo: FTD, 2010. IEZZI, Gelson. et.al. Matemática: ciência e aplicações. 5.ed. São Paulo: Atual, 2010.
SILVA, Claudio Xavier da. BARRETO FILHO, Benigno. Matemática aula por aula: ensino médio. 1, 2, 3.ed. São Paulo: FTD, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA I

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 1º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

- Matéria.
- Átomo.



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

• Radioatividade. • Tabela periódica e propriedades periódicas. • Ligações químicas interatômicas e intermoleculares. • Número de oxidação. • Funções inorgânicas: óxidos, bases, ácidos e sais. • Reações químicas.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT101 - EM13CNT103 - EM13CNT306 - EM13CNT209
BIBLIOGRAFIA: USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. Química. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. Química I. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016. Livros do PNLD.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA II	
CARGA HORÁRIA: 68h	ANO (S): 2º
CURSO(S): Para todos os cursos técnicos	
OBJETOS DE APRENDIZAGEM: • Introdução e histórico da Química Orgânica • Hidrocarbonetos • Álcool • Enol • Fenol • Éter • Aldeído • Cetona • Ácido Carboxílico • Éster • Sal de ácido carboxílico • Amina • Amida • Nitrocomposto • Haleto Orgânico • Isomeria • Acidez e basicidade dos compostos orgânicos • Propriedades Físicas dos compostos orgânicos • Reações Orgânicas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC): Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT206 - EM13CNT104 - EM13CNT303	
BIBLIOGRAFIA: USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. Química. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. Química III. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.	



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Livros do PNLD.

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA III

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 3º

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM:

- Mol
- Estequiometria
- Soluções
- Termoquímica
- Cinética Química
- Equilíbrio Químico
- Equilíbrio Iônico
- Eletroquímica

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC):

Competência 1 - Competência 2 - Competência 3 - EM13CNT301 - EM13CNT107 - EM13CNT101 - EM13CNT106

BIBLIOGRAFIA:

USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. Química. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano. Química II. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
Livros do PNLD.

COMPONENTE CURRICULAR: SOCIOLOGIA I

CARGA HORÁRIA: 68H

ANO (S): 1º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

- 1) Surgimento da Sociologia
Ciência e modernidade
Relação indivíduo e sociedade
Socialização e instituições sociais
- 2) Cultura e civilização
Evolucionismo social
Etnocentrismo
Racismo
- 3) Cultura e identidade
Raça, etnia e multiculturalismo
Identidade social
Relativismo cultural
- 4) Cultura e ideologia
Cultura de massa



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Indústria cultural
Meios de comunicação de massa
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC) EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS104 - EM13CHS105 - EM13CHS106 - EM13CHS303 - EM13CHS304 - EM13CHS502 - EM13CHS504 - EM13CHS601 - EM13CHS606
BIBLIOGRAFIA ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019 BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: L&PM, 2018 COELHO, Teixeira. O que é indústria cultural. 35ª edição. Brasília: Editora Brasiliense, 1993 DURKHEIM, Émile. O suicídio. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. p. 465-504. (Coleção Os Pensadores. v. XXXIII) GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008 LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 21ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2007 LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento, São Paulo: Editora Cortez, 1994 MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitem, 2010 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 OLIVEIRA, Luiz. F.; COSTA, R. C. R. Sociologia para jovens do século XXI. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016 QUINTANEIRO, Tania <i>et al.</i> Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 2002 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vitor de Souza. (Orgs.). Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: SP/Estação Ciência, 1996, p. 153-177 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012 SILVA, Afrânio. <i>et al.</i> Sociologia em movimento. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016 SILVA JUNIOR, Diomario da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; FERREIRA, Michele Guerreiro; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs.) Pedagogias Decoloniais e Antirracismos: a Potência das Práxis Decoloniais. Porto Alegre: Editora Fi, 2022 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São paulo: Companhia das Letras, 2004. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia II

CARGA HORÁRIA: 68H

ANO (S): 2º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

1) Trabalho e sociedade

Trabalho na perspectiva das Ciências Sociais

Racionalização do trabalho

Sistemas flexíveis de produção

Trabalho no cenário atual

2) Estrutura, estratificação e desigualdades sociais

Formas de estratificação

Desigualdades sociais no Brasil

3) Poder, política e Estado

Formas de exercício do poder

Relações de poder na sociedade contemporânea

Modelos de estado

Formação do Estado brasileiro

4) Movimentos sociais

Ação coletiva

Movimentos sociais tradicionais

Novos movimentos sociais



COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS401 - EM13CHS402 -
EM13CHS403 - EM13CHS404 - EM13CHS502 - EM13CHS504 - EM13CHS601 -
EM13CHS602 - EM13CHS603 - EM13CHS604 - EM13CHS605 - EM13CHS606

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2021

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9, setembro de 2012

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos, [organiza. — 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

GOHN, Maria da Gloria. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2008
OLIVEIRA, Luiz. F.; COSTA, R. C. R. Sociologia para jovens do século XXI. 4º ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016
SILVA, Afrânio. et al. Sociologia em movimento. 2º ed. São Paulo: Moderna, 2016
WEBER, Max. Ciência e política. São Paulo: Cultrix, 2011
WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

COMPONENTE CURRICULAR: INICIAÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CARGA HORÁRIA: 68h

ANO (S): 3º ano

CURSO(S): Para todos os cursos técnicos

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

- Trabalho, ciência e tecnologia: conceitos, fluxos e processos históricos;
- Estado e sociedade: estruturas econômicas, ideologias e participação política;
- Desafios para uma sociedade democrática e pluralista;
- Metodologias de pesquisa em ciências humanas e sociais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (BNCC)

EM13CHS101 - EM13CHS102 - EM13CHS103 - EM13CHS104 - EM13CHS202 - EM13CHS203 - EM13CHS204 - EM13CHS301 - EM13CHS302 - EM13CHS303 - EM13CHS305 - EM13CHS306 - EM13CHS401 - EM13CHS403 - EM13CHS404 - EM13CHS503 - EM13CHS504 - EM13CHS601 - EM13CHS602 - EM13CHS606

BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2008.
ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2021.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). DP&A Editora, 2002.
GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2015.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. Editora contexto, 1989.
HOBBSBORN, Eric J. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen. São Paulo: Cortez, 2013.
MARX, Karl. O capital livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2015.
SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. Editora Hucitec, 1994.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

sociabilidade brasileira. Editora Companhia das Letras, 2013.
SILVA JUNIOR, Diomario da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; FERREIRA, Michele Guerreiro;
COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs.). Pedagogias Decoloniais e Antirracismos: a Potência das Práxis Decoloniais. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São paulo: Companhia das Letras, 2004.
LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

19. Certificados e diplomas

Após a integralização dos componentes curriculares será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em sua respectiva modalidade em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 27, do Ministério do Trabalho e Emprego, habilitá-lo ao registro profissional junto a este órgão para o exercício da profissão com plenos direitos e deveres inerentes ao mesmo, de acordo com a Lei 7.410/1985 regulamentada pelo Decreto 92.530/1986.

Adicionalmente, e a critério do concluinte, poderá o mesmo, mediante posse de seu Diploma e Registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, pleitear registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, conforme Lei nº 13.639/2018.

20. Disposições gerais e transitórias

A(O) discente que se considerar prejudicado por qualquer decisão de professores ou autoridades escolares poderá recorrer ao Conselho de Campus (Conpus). Os casos omissos serão resolvidos pela Gerência Acadêmica, consultado o Conpus.

Considerações finais

A UNED Maria da Graça estará sempre alinhada de forma comprometida com a atualização acadêmica dos Cursos de Nível Médio Técnico, sobretudo na modalidade Integrada, posto que garante melhores taxas de conclusão na formação de técnicos de excelência para formação da força produtiva necessária à sociedade.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Lei nº 5.327/1967**- in: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro->. Ministério da Educação, Brasília, 1967.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 13.639, de 26 de Março de 2018**. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – Versão atualizada. Presidência da República. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- _____. Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação- **Resolução nº1, de 03 de fevereiro de 2005** (atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº5.154/2004). Ministério da Educação, Brasília, 2005.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução nº4, de 16 de agosto de 2006** (altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio). Ministério da Educação, Brasília, 2006.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução nº2, de 15 de dezembro de 2020** (aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos). Ministério da Educação, Brasília, 2020.
- _____. Ministério da Educação- **Documento-Base: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio** (MEC, 2007). Ministério da Educação, Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf.
- _____. **Lei nº11.684, de 02 de junho de 2008** (altera o art. 36 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio). Ministério da Educação, Brasília, 2008.
- _____. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação-**Resolução nº1, de 15 de maio de 2009** (dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº11.684/2008, que



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

alterou a Lei nº9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB).
Ministério da Educação, Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação- **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**: Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Ministério da Educação, Brasília, 2012^a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

_____. Ministério da Educação- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012b.

_____. Ministério da Educação- **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**: Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

_____. Ministério da Educação- **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio** - Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flavio (Orgs) - Ênfases e omissões no currículo. Papirus Editora. 2^a Edição. Campinas, 2021.

CEFET/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Projeto Pedagógico Institucional** (PPI/2010). Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ. 2010;

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Plano de Desenvolvimento Institucional** (PDI/2020-2024); Disponível em: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/5553/PDI%20CONSOLIDADO_final.pdf

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Diretrizes para os cursos de educação profissional técnica de nível médio integrado**/ Unidade Maracanã. Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Resolução nº 4, de 21 de Março de 2019** (aprova o regulamento de estágio interno para todas as modalidades de ensino do CEFET/RJ). Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2019.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio**/ Unidade Nova Iguaçu. Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ. 2012.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Referenciais pedagógicos para a implementação do Ensino Médio Integrado** - Unidade do Maracanã (2013). Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ. 2013

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Conselho de Ensino - **Resolução nº2, de 30 de janeiro de 2012** (define Diretrizes



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
(CEFET/RJ)**

UNIDADE MARIA DA GRAÇA

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio). Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ. 2012

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Conselho de **Ensino Resolução Conen N° 03/2022**, de 25 de julho de 2022. Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2022.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Conselho de Ensino **Resolução CEPE N° 19/2024**, de 21 de novembro de 2024. Cefet/RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Nota sobre Estudos de Recuperação**. Ministério da Educação. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14144-nota-sobre-estudos-recuperacao-cne-pdf&Itemid=30192

IFRN. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Organização Didática do IFRN - Versão para consulta pública à comunidade acadêmica do IFRN** (2012). IFRN, Natal – RN.

IPP – Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Pereira Passos. Disponível em: <https://carioca.rio/orgao/instituto-municipal-de-urbanismo-pereira-passos-ipp/>.

LEITE, Carlinda. O Lugar da escola e do currículo na construção de uma educação intercultural. In: CANEN, ANA; MOREIRA, ANTÔNIO FLAVIO (Orgs.) Ênfases e omissões no currículo. Ed: Papirus (2ª edição) Campinas/SP, 2001.

NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes; SANTOS, Vinícius Farias. **BNCC e o Currículo no contexto escolar**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/online/curta-media-duracao-online/bncc-e-o-curriculo-no-contexto-escolar>.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANEN, Ana. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, ANA; MOREIRA, ANTÔNIO FLAVIO (Orgs.) Ênfases e omissões no currículo. Ed: Papirus (2ª edição) Campinas/SP, 2001.

Anexo 1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow
DIRETORIA DE ENSINO

Implementação das Práticas Profissionais na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Unidade: Maria da Graça

Curso da EPTNM:  Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio

E-mail (institucional) da Coordenação: coordsegtrabmg@grupo.cefet-rj.br

Coordenador do Curso (com siape): Beatriz Martins Teixeira, siape 1717582

Professor(es) Supervisor(es) de Prática Profissional (com siape): Roberto Rodrigues de Oliveira (siape 2100024); Roberto Mingozi (siape1804293); Rayana Vinagre (siape 1595126); Francisco Moysés de Carvalho Neto (siape 2413248); Maria Regina Lemos Guimarães (siape 1605590); Cláudia Araújo Mendes (siape 1660779); Ivan Gaspar (siape 1181773); Beatriz Martins Teixeira (siape 171582)

Professor(es) Orientador(es) de Estágio Supervisionado (com siape): Roberto Rodrigues de Oliveira (siape 2100024); Roberto Mingozi (siape1804293); Rayana Vinagre (siape 1595126); Francisco Moysés de Carvalho Neto (siape 2413248); Maria Regina Lemos Guimarães (siape 1605590); Cláudia Araújo Mendes (siape 1660779); Ivan Gaspar (siape 1181773); Beatriz Martins Teixeira (siape 171582)

Número máximo de discentes a serem atendidos por cada Professor Supervisor de Prática Profissional: 15

Indique na possibilidades apresentadas, os tipos de Práticas Profissionais adotadas pela Coordenação, de acordo com o Capítulo III da [Resolução Cepe Nº19/2024](#), e ainda, as cargas horárias mínimas e máximas, para cada opção:

Atividades a serem consideradas para composição de carga horária de Prática Profissional	Carga Horária Mínima	Carga Horária Máxima
a. Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais.	0	0
b. Disciplinas específicas de laboratório (destinadas a prática profissional).	0	60
c. Projetos de ensino, extensão e pesquisa, devidamente registrados.	0	160
d. Visitas técnicas, culturais e atividades artísticas.	0	60
e. Simulações replicáveis, tais como Modelos Diplomáticos, resultantes de projetos orientados.	0	0
f. Estágio profissional supervisionado obrigatório.	0	0
g. Estágio profissional supervisionado não-obrigatório.	0	320

h. Pesquisas individuais e em equipe vinculadas a projetos institucionais ou em instituições parceiras do Cefet/RJ.	0	160
i. Prestação de serviços, voluntários ou não.	0	100
j. Trabalhos de suporte técnico a atividades acadêmicas e artísticas.	0	60
k. Desenvolvimento de instrumentos e/ou equipamentos.	0	0
l. Trabalho de conclusão de curso ou similares.	0	320
m. Exercício de atividade de Jovem Aprendiz ou Trainee.	0	320
n. Participação em evento (congresso, seminário, simpósio, workshop, palestra, conferência, feira) e similar, de natureza acadêmica ou profissional.	0	60
o. Atuação como empresário, inclusive MEI.	0	0
p. Atuação profissional em área correlata ao curso.	0	320
q. Monitorias de disciplinas técnicas.	0	60
r. Monitorias de disciplinas técnicas envolvendo atividades de laboratório.	0	60
s. Publicação de trabalho científico.	0	160
t. Apresentação oral de trabalho científico.	0	160
u. Obtenção de Certificações na área do Curso.	0	100
v. Serviço voluntário de caráter sócio comunitário, devidamente comprovado.	0	100
w. Atuação técnica na organização e/ou operacionalização de eventos internos e/ou externos.	0	60

Observação 1: A carga **horária máxima** obrigatória das Práticas Profissionais não pode exceder 320 horas, salvo exceções quando essa carga horária for determinada pelos Conselhos Profissionais ou Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Observação 2: Outras atividades que não estejam previstas, dependerão de aprovação do colegiado do curso, com juntada de ata devidamente assinada pelos participantes.